



Diário da Sessão n.º 011 de 15/02/01

Presidente: Srs. Deputados, estamos agora em presença de três diplomas que versam sobre a mesma matéria, ou seja, três Projectos de Decreto Legislativo Regional – Adaptação do Sistema Fiscal Nacional – Redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, PP e PCP.

Para apresentar o Projecto de Decreto Legislativo Regional, do PSD, tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputado Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por invocar Jaques Delors, pai das ultraperiferias e grande impulsionador do Grupo inter-serviços da U.E. – “Não se pode tratar de forma igual aquilo que é diferente”.

Os Açores são efectivamente diferentes do resto da Europa e do resto do País.

Foi nesta perspectiva que, depois de um longo percurso, nem sempre fácil, o tratado de Amsterdão consagrou no seu artigo 299, n.º 2, o estatuto de ultraperiferia, segundo ao qual as RUPs podem ser objecto de políticas diferenciadas relativamente aos respectivos Estados Membros, configurando uma discriminação positiva destas regiões em diversas matérias das quais destacamos, para o caso em apreço, o domínio fiscal.

É também tendo em conta esta nossa realidade geográfica e económica e os sobrecustos que dela deriva, que a LFRA, prevê que as ALRs possam, nos termos da lei diminuir as taxas de imposto em vigor a nível nacional, até ao limite de 30%, abrangendo o IVA, o IRC e o IRS.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Açorianos beneficiam de uma redução de 30% nas taxas do IVA desde a data da sua aplicação, ou seja, desde 1987.

Beneficiam igualmente de uma redução de 30% no IRC desde 1999 e de uma redução de 20% nas taxas do IRS, decorrente de uma adaptação fiscal progressiva encetada em 1999 e continuada em 2000.

Por forma a equiparar este imposto sobre o Rendimento de pessoas singulares aos demais impostos em referência, e por forma a permitir que os nossos concidadãos possam usufruir de toda as vantagens que a lei lhes confere, é de elementar justiça prosseguir com o processo de despenalização fiscal até ao limite legal.

Os açorianos, não podem ser iludidos com eventuais reduções de impostos a nível nacional porque têm direito, por mais que a maioria que hoje governa a Região o queira disfarçar, a uma diferença de 30% sobre as taxas nacionais, quaisquer que elas sejam e independentemente de qualquer alteração no quadro nacional.

A Lei das Finanças Regionais assim o prevê e como dizia antontem o líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a propósito da interpretação de uma norma regimental “O sistema deve ser usado em tudo aquilo que permite” e a lei, neste caso, permite-nos uma vantagem fiscal de 30% que ainda não foi plenamente utilizada.

São estes os principais argumentos de natureza política a que acrescem os muitos de natureza económica e social, por diversas vezes escarpelizados e trazidos à colação nas mais diversas instâncias e espaços de debate, que norteiam a postura do PSD e que determinaram a apresentação do Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a redução de mais 10% nas taxas nacionais de Imposto sobre Pessoas Singulares.



E para que não restassem quaisquer dúvidas sobre a enorme vontade que o PSD e também os demais partidos da oposição, tinham e continuam a ter de beneficiar os Açorianos em matéria de redução da carga fiscal, aumentando por essa via o seu nível de vida, procurámos, um consenso com todas as forças políticas com assento nesta ALR.

Não abdicávamos da nossa posição de princípio de reduzir o IRS até ao limite legal mas, aceitávamos um compromisso de legislatura com vista a uma redução gradual ao longo dos próximos anos.

A busca de consenso foi conduzida ao mais alto nível dos três partidos proponentes, apenas o PS e o governo se furtaram ao diálogo, escudando-se mais uma vez na reforma fiscal nacional e reclamando para si, imaginem, a “co-autoria” da referida reforma.

A este propósito, é bom recordar as considerações feitas à reforma fiscal nacional por economistas dos mais diversos quadrantes políticos, desde Sousa Franco até Saldanha Sanches, passando por Patinha Antão e Nicolau Santos, sem esquecer as notícias que todos os dias nos chegam sobre a transferências de holdings para outros países fiscalmente mais atractivos, com grande destaque para a Telecom, onde por ironia do destino o Estado directa e indirectamente ainda detém parte do capital.

È absolutamente lamentável a falta de diálogo do partido maioritário sobre uma matéria, que consideramos institucional e de grande relevância para os Açores.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O partido não foi convidado!

A Oradora: Anunciar diálogo quando se está em campanha eleitoral é fácil.

Dialogar quando a lei obriga ou quando se torna indispensável à maioria, não é vantagem.



Corresponder aos apelos de diálogo da oposição e encontrar consensos na prática é que é difícil se não mesmo impossível.

A verdade é que o tempo está a demonstrar que na anterior legislatura só foi possível baixar os impostos e aprovar outras medidas, em benefício dos açorianos, graças à acção concertada do PSD, do PP e do PCP, por muito que o PS e o seu governo procure colher os louros dessas medidas.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Os açorianos depressa se estão a aperceber das mudanças operadas após as últimas eleições regionais.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Olhe que não!

A Oradora: Atitudes destas não abonam a favor da democracia e só concorrem para aumentar o desinteresse dos cidadãos.

A motivação dos eleitores passa pela defesa objectiva dos seus interesses e essa é claramente a nossa postura quando defendemos que o dinheiro vale mais nas mãos dos contribuintes do que nas mãos do governo.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: A óptica do governo e do PS em matéria de impostos é a do orçamento público – quanto mais receita fiscal tiver mais tem para gastar, nem sempre da melhor forma.

A óptica do PSD é a do orçamento familiar – Quanto menos impostos o contribuinte pagar mais retém na sua posse para satisfazer as suas necessidades e as da sua família.

Assegurada a estabilidade das receitas fiscais como o têm demonstrado as últimas contas regionais, o PSD defende que os cidadãos devem reter a maior quota parte possível do produto do seu trabalho.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O PSD distingue-se programaticamente do PS na defesa e valorização do indivíduo e do trabalho como factor de desenvolvimento social e económico e de dignificação da pessoa humana.

(Aplausos dos deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Para apresentar o Projecto do PP, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está esta Assembleia a apreciar um conjunto de iniciativas dos três partidos da oposição que visam, embora em diferentes medidas, prosseguir uma política de redução do IRS para todos os contribuintes da Região Autónoma dos Açores.

Antes dos Açores possuírem a capacidade legislativa de adaptação do sistema fiscal nacional parecia haver unanimidade de todas as forças políticas para a urgente necessidade de garantir o acesso a tão importante instrumento da política orçamental, sobretudo na perspectiva do combate aos custos da insularidade.

No âmbito da preparação da Lei das Finanças Regionais, o próprio Partido Socialista criou abundantes expectativas, junto da população açoriana, sobre as vantagens da Região poder enveredar pela via da adaptação fiscal para combater os custos da insularidade, tendo mesmo condicionado várias decisões à obtenção daquele instrumento legislativo.

Quando em 1999 esta Assembleia procedeu à primeira redução de impostos sobre o rendimento, no âmbito da Lei das Finanças Regionais, com urna descida de 15% no IRS e 30% no IRC, com a aprovação pela Oposição de



uma proposta conjunta do CDS/PP e do PSD, logo todos perceberam que o Partido Socialista não estava verdadeiramente interessado numa redução fiscal nos Açores.

Todavia se dúvidas existissem neste domínio sobre as reais intenções do Governo Regional e do Partido Socialista elas dissiparam-se o ano passado quando o Partido Popular torna a propor uma redução do IRS, desta feita para 20%, que acaba por ser viabilizado apenas com os votos favoráveis do PSD, mas desta vez perante a feroz oposição do PS e do Governo Regional, que tudo fez para desacreditar a histórica iniciativa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Apesar do inequívoco comportamento Parlamentar dos Socialistas que os levou a votarem sempre contra todas as propostas de redução de impostos sobre o Rendimento (IRC e IRS) efectuadas ao abrigo da Lei das Finanças Regionais, a verdade é que, perante a opinião pública açoriana, nunca os Socialistas assumiram claramente essa postura, chegando mesmo ao ponto de tentarem confundir o eleitorado aquando dos debates para as eleições regionais.

Efectivamente o PS e o Governo Regional tudo fizeram para junto do eleitorado açoriano se colar à descida dos Impostos nos Açores ao mesmo tempo que tentaram apropriar-se do preceito da Lei das Finanças Regionais que possibilita a Adaptação Fiscal.

Por isso é lícito concluir que, no mínimo, estamos perante uma enorme incoerência. Senão vejamos:

1º- Se o PS e o Governo Regional não concordavam com o princípio da adaptação fiscal, porque motivo a defenderam no âmbito da preparação e aprovação da Lei das Finanças Regionais?



2º- Se o PS e o Governo Regional não concordavam com uma redução fiscal mínima, porque razão defenderam no âmbito da Lei das Finanças Regionais o estabelecimento de um tecto de variação de 30%, quando na prática, como se veio a verificar, nem 15% aceitavam?

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

A presente Proposta Legislativa do Partido Popular, que visa estabelecer em 25% o nível da redução do IRS nos Açores, com incidência a 1 de Janeiro, surge na sequência lógica de gradualismo que temos defendido e implementado, desde que a Assembleia da República deu ao Parlamento dos Açores a possibilidade de fazer a adaptação do Sistema Fiscal Nacional.

Para o Partido Popular trata-se de urna justa, equilibrada e coerente adaptação que, a par de revelar uma constante progressão na base de 5 pontos percentuais, não atinge o máximo legal previsto pela Assembleia da República em relação ao ano 2000, o que não deixa de constituir um claro sinal de confiança, maturidade e responsabilidade, no ano em que se procederá à revisão da Lei das Finanças Regionais.

Na perspectiva do CDS/PP os Açores não podem abdicar da utilização dum tão precioso instrumento da política económica e da política de rendimentos, cuja consagração constituiu uma importantíssima vitória da Autonomia e das dezenas de milhares de contribuintes da nossa Região, no combate aos custos da insularidade.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Prosseguir esta política de atenuação da carga fiscal sobre as pessoas singulares é uma questão de princípio, porque tem uma base ideológica, e continua a ser uma exigência eficaz para melhorar as condições de vida dos que residem, trabalham e produzem nos Açores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Por isso, esta proposta do Partido Popular no sentido da continuação da diminuição do IRS nos Açores em 2001 é a única medida que pode possibilitar que as famílias açorianas continuem a ver aumentar, pouco que seja, o seu rendimento disponível, com o conseqüente impacto positivo no aumento do investimento e do consumo privados e como atenuante para o crescente e preocupante endividamento da classe média açoriana.

Por outro lado, estas medidas são lógicas, coerentes e muito positivas para todos aqueles que acreditam nas pessoas, na sua capacidade de investimento e nos efeitos positivos do consumo privado sobre a economia, valorizando sobretudo quem trabalha e produz riqueza, em vez de sistematicamente os penalizar, como vem acontecendo com as políticas e as medidas implementados pelo poder socialista instituído na Região e no País.

Na ponderação que o Grupo Parlamentar do CDS/PP fez e que conduziu ao gradualismo e equilíbrio da sua proposta, tivemos presente o facto do impacto orçamental desta redução de impostos, tão importante para as famílias contribuintes dos Açores, não atingir um milhão de contos, o que significa cerca de 0,5% do Orçamento Regional.

De resto, como se sabe e é bom lembrar, o principal argumento da queda da receita, utilizada no passado pelo Governo e pelo PS, para estar contra a redução dos Impostos nos Açores, caiu pela base, já que entretanto se assistiu a um aumento efectivo das receitas fiscais.

Pelo contrário, o que se exige ao Governo Regional do PS é que tenha mais parcimónia no uso dos dinheiros dos contribuintes açorianos e que corte no despesismo crescente que caracteriza a actuação de alguns sectores da Administração Pública Regional, que sistematicamente anunciam ter cada vez mais milhões de contos para gastarem enquanto as famílias açorianas



vão revelando ter cada vez menos milhares de escudos para enfrentarem os gastos essenciais com a sua subsistência.

Sem o argumento da redução das receitas fiscais, os socialistas remetem agora a resolução dos benefícios fiscais aos açorianos para as virtudes da apregoada reforma fiscal do Governo da República, que, como todos sabemos, tem como principal móbil o combate à evasão fiscal, o que se saúda, mas utilizando meios que na prática poderão inclusivamente gerar, e já está acontecendo, alguma fuga de capitais, penalizadora do investimento e do crescimento económico em Portugal.

Cabe aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fazer algumas perguntas:

- Quando o Governo da República estabeleceu o limite de 30% no tecto da adaptação fiscal da Lei das Finanças Regionais já não sabia que iria apresentar uma de reforma fiscal para todos os portugueses? Esta pergunta é para o Governo da República, mas é bom reflectir sobre a mesma.
- Quando o Governo da República aceitou que a Região pudesse reduzir o IRS e o IRC até ao limite dos 30% não sabia que a Lei das Finanças Regionais iria ser revista em 2001? Então porque razão não baixou aquele tecto ?
- Quando o Governo da República aceitou que a Região pudesse reduzir o IRS e o IRC até ao limite dos 30% não sabia que os Açores tinham um déficite orçamental estrutural?
- Se o PS não concordava que as reduções de Impostos pudessem atingir os 30 % porque razão aprovou aquele limite na lei, sabendo que a mesma iria vigorar entre 1998 e 2001?
- Se o PS não aceitava qualquer redução das receitas fiscais da Região,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

como agora aparece a defender, porque razão aceitou que a Lei das Finanças Regionais contemplasse aquela possibilidade e de formas tão benevolente?

- Se o PS esteve logo contra a primeira redução fiscal, em 1999, que se ficou apenas pelos 15% em relação ao IRS, metade do que era possível, porque razão se apresentou ao eleitorado com a bandeira de ter conseguido a redução das taxas do IRS e do IRC nos Açores?

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Partido Socialista tem-se apresentado no debate desta matéria com o estranho argumento de que a maioria dos Açorianos estão contra a redução dos Impostos, havendo mesmo alguns dos recém convertidos às vantagens do Socialismo que esboçam defesas teóricas do aumento da carga fiscal nos Açores.

Na verdade o Partido Socialista apresentou-se aos Açorianos nas últimas eleições pedindo a sua confiança com base num manifesto com que enumeravam o que haviam conseguido.

Assim o PS ganhou a confiança da maioria dos açorianos com base em 15 pontos que haviam conseguido, desde a redução do custo da energia eléctrica e das passagens aéreas, à **Redução das Taxas do IRS e do IRC** passando pela Internet em todas as escolas até à regularização profissional de 1460 trabalhadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Por isso é legítimo pensar que alguém possa ter votado por causa da baixa do tarifário da energia, redução das passagens aéreas ou da redução dos impostos. Como também é legítimo imaginar que alguém possa ter votado no PS na expectativa de que aquelas políticas tivessem continuidade, dado



que se o PS o havia **conseguido** na Legislatura anterior, alguém poderá ter pensado que o PS, de novo, também o pudesse conseguir nesta Legislatura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

O Partido Socialista na sua insaciável defesa de mais impostos para assim aumentar cada vez mais o peso do sector público na sociedade e o grau de dependência que gradualmente está introduzindo junto de tudo e de todos, não pára de inventar argumentos contra a política de redução de impostos nos Açores.

Não bastasse o deslante, a insensatez e o esquerdismo balofo de alguns sectores do PS relacionarem com as propostas ora em apreciação as profecias catastróficas sobre o futuro da economia dos Estados Unidos da América em resultado da eleição do Presidente Bush e da sua política de redução de impostos e também já se ouvem vozes que fundamentam o voto contra do PS no facto das propostas em apreciação não corrigirem as injustiças da grelha existente no sistema Fiscal Nacional.

Ora, relativamente a este último argumento, gostaríamos em primeiro lugar de lembrar as responsabilidades que o PS tem relativamente ao sistema fiscal vigente. Em segundo lugar também deve ser recordado que foi exactamente o CDS/PP que, em 19.99, apresentou uma proposta de adaptação fiscal que aplicava diferentes taxas de redução fiscal para cada um dos escalões de rendimentos, fazendo com que os que ganhavam mais tivessem uma taxa de redução inferior. Foi exactamente por pressão do Governo Regional e do PS que o CDS/PP abandonou a referida proposta, dado o receio, por todos manifestado, de que o mesmo estivesse ferido de ilegalidade.

Uma última palavra para as restantes propostas que estão em apreciação. A do PCP é menos ambiciosa do que a nossa e a do PSD é mais. Porém todas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

têm em comum o objectivo da continuação da redução da taxa do IRS nos Açores, pelo que, na generalidade, irão merecer o voto favorável do CDS/PP.

De resto, e ao contrário da incapacidade revelada pelo Partido Socialista para o estabelecimento de qualquer diálogo, o CDS/PP em resultado dum esforço de entendimento com as restantes forças políticas com assento parlamentar, da Oposição, encontrou uma plataforma de entendimento que, permitiria uma proposta comum para a especialidade que apontava para uma redução de 5 pontos percentuais neste ano de 2001, 2,5 pontos percentuais no próximo ano de 2002 e finalmente mais 2,5 pontos percentuais em 2003, altura em que atingiríamos nos Açores uma redução de 30% do IRS.

Esta proposta conjunta contempla os aspectos essenciais de cada Partido e é bem reveladora da capacidade de diálogo e entendimento dos partidos da oposição sempre que está em jogo os interesses dos Açorianos, ao contrário dos Socialistas que se fecham na sua maioria absoluta parlamentar para inviabilizarem a conclusão de uma importante reforma fiscal, como instrumento de combate aos custos da insularidade.

Os Açorianos que pagam impostos e que ajudaram a dar a maioria absoluta ao Partido Socialista já começam bem cedo a sentir a retribuição da imprudência do seu acto. Cá estaremos para ver o resto.

(Aplausos dos deputados das bancadas do PP e do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.



Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Janeiro fiz a apresentação do Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a alteração da taxa do IRS proposto pelo PCP.

Não vou repetir a argumentação então apresentada, mas vou, naturalmente, procurar fazer o enquadramento político do posicionamento que temos sobre esta matéria e da evolução desse posicionamento face a todos os acontecimentos recentes e que se passaram neste intervalo de tempo.

São três as propostas, oriundas de três partidos e são três propostas diferentes.

Uma proposta do PSD que propunha que se chegasse por decisão imediata ao limite máximo que a Lei de Finanças Regionais permite no que respeita à redução da taxa do IRS.

Uma proposta intermédia para este ano, proposta pelo PP.

E uma proposta gradualista, dividindo em partes iguais essa redução pelos 4 anos da legislatura, apresentada pelo PCP.

Esta era a grande diferença das propostas e esta diferença obviamente que tem a ver com concepções seguramente diferentes dos impactos, dos efeitos, das consequências, etc.. É perfeitamente legítimo que assim seja, mas esta grande diferença tem a ver também com uma outra coisa que foi a tentativa de criar uma possibilidade do Governo e do partido que o apoia poderem entrar numa perspectiva de diálogo em termos de legislatura.

Estavam presentes propostas que tinham a ver com o ano e estava presente uma que tinha a ver com a legislatura e o partido do Governo argumentava que estava comprometido que no ano actual não mexia na situação.

Nós deixámos que a tramitação seguisse os seus termos e embora não tivesse participado na Comissão de Economia, por estar nesse mesmo dia



numa outra comissão, mas na que participei e que foi discutido o Projecto do PCP, não vi da parte da maioria nenhum sinal de que poderia ou queria dar entender que estava criada uma possibilidade de negociar para a legislatura, mesmo que excluísse este ano, porque qualquer negociação tem pontos de partida e tem pontos de chegada.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Não foi entendido assim pelo partido da maioria.

Mais:

Quando a atitude que os três partidos que estão sentados nas bancadas da oposição tomaram nestes últimos dias e que pela parte do meu partido corresponde àquilo que tive oportunidade de dizer nesta tribuna, na primeira intervenção que aqui fiz nesta legislatura, que é a disponibilidade de dialogar para todos os lados, de dialogar com todos, com os outros partidos e com o Governo e corresponde a isso, o que se passou realmente foi que partidos proponentes de matéria idêntica, tão idêntica que é discutida no mesmo ponto da ordem de trabalhos, entenderam que era justo, que era necessário, que era oportuno fazerem um ponto da situação sobre, digamos, a viabilidade da evolução dessa matéria.

Se entenderam assim, assim o fizeram e quando o fizeram, percebendo que podiam encontrar um acordo entre si, mas também obviamente percebendo que esse acordo não era um acordo viabilizador, também entenderam que estavam dispostos a negociar com o partido do Governo e com o Governo uma plataforma de legislatura que podia ultrapassar a dificuldade do ano inicial.

Foi isto rigorosamente o que se passou. Não foi nada diferente disto e não tem nada a ver com a adjectivação que ouvi nos meios de comunicação



social e que li nos jornais. Não tem nada a ver com a hipocrisia, com mascarada e com outros adjectivos que foram usados,...

Voices dos deputados da bancadas do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ...tem a ver com a legitimidade política que os partidos políticos têm de negociar entre si e de propor a outros e ao Governo essa negociação. Mas isso não aparece de geração espontânea.

Matérias há que é absolutamente essencial que haja consensos. É essencial que haja consensos para bem da Região, mas é essencial que haja consensos, porque as correlações de forças assim o exigem. São os problemas da autonomia na revisão constitucional, são os problemas do Estatuto, são os problemas da Lei de Finanças Regionais.

Curiosamente tenho aqui uma carta recebida hoje do Sr. Presidente da Comissão que está a preparar a questão da alteração da Lei de Finanças Regionais e a convidar o Presidente do PCP/Açores para uma reunião. Portanto, são necessidades de consensos, necessidades de acordo com o interesse regional e de acordo com a correlação de forças e os Srs. sabem que não podem resolver a Lei de Finanças Regionais sozinhos.

Obviamente que este assunto dos impostos é uma derivação do problema da Lei de Finanças Regionais e esta questão dos impostos e da taxa de incidência na Região é um problema de grande interesse regional e que seria de toda a vantagem que fosse obtido consenso entre os quatro partidos aqui representados e com o entendimento com o Governo. Essa negociação não se tentou.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro anunciou aquilo que os partidos da oposição rapidamente entre si viram que poderiam fazer. Eu falo pelo meu, mas posso falar pelo espírito dos partidos da oposição, porque participei nas reuniões que se fizeram, que estavam totalmente abertos a encontrar



uma solução que pudesse ser aceite pelo partido do governo desde que se cobrisse os 10% nos 4 anos e isso não foi efectivamente conseguido.

Deputados Bento Barcelos e José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Estas propostas agora poderiam ter sido retiradas, mas não foram e, pela nossa parte, não serão. E não serão retiradas pelo facto do Partido Socialista e o Governo, com adjectivação perfeitamente imprópria ter recusado essa possibilidade de diálogo, nós não vamos ajudar a que esse facto passe despercebido.

Estas propostas, tudo indica, naturalmente, que irão ser chumbadas. É pena. Nós continuaremos na nossa actividade política a lutar por estes objectivos. Oportunamente as propostas que entendermos sobre esta matéria darão entrada na Mesa nos termos regimentais aplicáveis.

Também queria dizer, ao fechar esta intervenção, que continuamos e continuaremos profundamente interessados em diálogos sérios, não só apenas quando são indispensáveis.

Muito obrigado.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos deputados das bancadas do PCP, PSD e PP)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Entrando na discussão das propostas de redução fiscal que foram apresentadas pelo PSD, pelo PP e pelo PCP, foram vários os argumentos e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

as perspectivas que aqui foram trazidas e se me permitem, será exactamente em relação às perspectivas que foram aqui trazidas que gostaria de me pronunciar.

Em primeiro lugar, a perspectiva política, a validade, a oportunidade, o critério político da apresentação dessas propostas ou, pelo menos em relação à Sra. Deputada que mais incidiu nessa área, a Sra. Deputada Berta Cabral.

Salvo o devido respeito a cada um dos proponentes, consideramos que estas propostas são politicamente imprevidentes, mal pensadas e irreflectidas e explico porquê:

A Sra. Deputada Berta Cabral começou a sua intervenção citando Jaques Delors, se bem me recordo, e dizendo qualquer coisa como isto: “Não se pode tratar de forma igual aquilo que é diferente”. Estou correcto? Muito bem!

Então se não se pode tratar de forma igual aquilo que é diferente, não lhe choca que a solução que apresentam para um problema que arvoram como justiça fiscal da necessidade de se lutar e de se promover justiça social, venha agravar essa justiça. É isso que com a vossa proposta se faz.

Este foi um argumento que também foi tocado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, se não me falha a memória, reflectindo exactamente a responsabilidade que o PS teria no sistema fiscal nacional e daí essa responsabilidade impediria o PS e no caso o PS/Açores de avançar com este argumento.

Mas, Srs. Deputados, choca-me que constatando a existência dessa injustiça fiscal e atribuindo responsabilidade dessa injustiça fiscal ao PS, V. Exa. não faça mais do que agravá-la e avançar para uma solução que a agrava.



Não ficamos por aqui apenas com a atribuição de responsabilidades, porque se V. Exa. atribui responsabilidades é porque acha que está mal. Se acha que está mal a sua obrigação era mudar e não pura e simplesmente responsabilizar o Partido Socialista.

Este é o primeiro argumento.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Não tenho força para mudar!

O Orador: Não tem força para mudar, mas tem força para propor e isso V. Exa. não fez.

Em relação a outras questões que foram aqui colocadas, V. Exa., Sra. Deputada Berta Cabral, teve a bondade de me citar dizendo, e utilizando uma expressão minha, que o sistema deve ser usado em tudo aquilo que permite. Exacto?! É uma expressão minha, mas se o sistema deve ser usado em tudo aquilo que permite, não é o facto do sistema permitir determinadas soluções que devem automaticamente levar a que elas sejam adoptadas. Aqui está a perspectiva de entendimento que diferencia, nesta matéria, PS e PSD.

A questão é esta: V. Exa. na sua proposta, já que a lei nacional prevê 30%, aliás, é um argumento também utilizado pelo PP, temos que utilizar os 30%. Mas então, e a livre administração dos Açores pelos açorianos? E então os poderes de gestão da autonomia? E então os poderes que o Governo e esta Câmara têm em ajuizar sobre a forma como poderemos utilizar este mecanismo?

É apenas porque o legislador nacional fixa 30% que devemos seguir esse caminho? V. Exas. entendem que sim. Nós entendemos que não, porque aqui é necessário introduzir outro factor que é exactamente a gestão da coisa pública regional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A gestão feita com estes mecanismos melhor se poderá prover, por um lado, as necessidades de desenvolvimento da Região e, por outro lado, como poderemos prover e dar as disponibilidades orçamentais para satisfazer essas necessidades.

Portanto, se me permite, Sra. Deputada, nesta matéria o PS afirma-se como o partido da autonomia e o PSD não.

(Aplausos dos deputados do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, V. Exa. argumentou também que, naquela que tinha sido a discussão que a este propósito se tinha suscitado em 1999, o PS não estava verdadeiramente interessado em diminuir impostos. Se me permite discordar de si, devo dizer-lhe que é falsa essa sua afirmação. O PS, se bem se recorda, apresentou uma proposta e o que divergia, na proposta apresentada pelo PS, das propostas então apresentadas pelos partidos da oposição, eram os montantes.

Se V. Exa. se baseia na diferença de montantes para dizer que o PS não estava verdadeiramente interessado em reduzir impostos, que diz então da proposta do PCP que tem um montante inferior à sua proposta? Já viu se o por acaso o PSD seguisse o mesmo raciocínio que V. Exa. seguiu, o que não diria da sua proposta. Diria que o PP não estava verdadeiramente interessado em diminuir impostos. Conforme reconhece não podemos seguir pelo caminho que V. Exa. seguiu.

O PS está interessado em reduzir impostos, agora o PS teve e tem hoje a coragem de cumprir e dar seguimento coerente àquilo que referiu na campanha eleitoral.



V. Exa. se me permite, e com todo o respeito, não foi inteiramente fiel à verdade, porque se bem se recorda, e se acompanhou bem a campanha eleitoral, como acredito que o tenha feito, o PS sempre afirmou que em 2001 não era possível aumentar as pensões, assunto que discutiremos mais adiante, nem era possível reduzir os impostos. Assumiu-o então e afirmou-o agora.

Portanto, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, não pode o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de forma nenhuma aceitar as acusações de que da parte do Partido Socialista tinha havido uma confusão do eleitorado. Esta confusão não existiu. O PS, bem pelo contrário, teve o cuidado de, pela boca do seu presidente, tornar bem clara a sua posição sobre essa matéria. Assim tivessem todos os partidos políticos a coragem de, em relação a esta matéria, ter dito antes das eleições muito claramente aquilo que pretendiam.

Mas, não ficamos por aqui, porque outros adjectivos e outras críticas foram aduzidas em relação a esta propostas.

Uma das acusações que também o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fez foi que tiveram presente o impacto orçamental. Então onde está a fundamentação desse impacto orçamental? Se fizeram as contas sobre esse impacto orçamental penso que seria inteiramente justificado e necessário pressupor, não só em relação a essas, mas calcular o outro impacto que também se torna necessário ter em conta nessa reflexão que é exactamente o impacto orçamental daquilo que já foi aprovado e aí veríamos que sob a aparência do aumento de receitas, que V. Exas. ligam à redução fiscal feita anteriormente, veríamos que assim não era. Mas, essa já é uma discussão mais técnica que se quiserem poderemos ir lá, mas por agora preferia não ir.



Depois o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro utiliza uma argumentação verdadeiramente espantosa dizendo que o PS se não concordava com as reduções fiscais de 30%, por que aprovou essa possibilidade. Sr. Deputado este é um argumento que se prende com aquilo que disse anteriormente: aprovou essa possibilidade, não põe de parte exercer essa possibilidade, agora há-de exercê-la nos termos e nos exactos modos em que, segundo a sua perspectiva, a gestão da coisa pública regional a isso obrigar e a isso permitir. Este é um cálculo que V. Exa. não faz e este é um argumento que V. Exa. não reconhece.

É uma possibilidade que existe e nada impede que ela seja exercida, mas também nada obriga, Sr. Deputado.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Isso já são boas notícias!

O Orador: Não são boas notícias, V. Exa sabe disso perfeitamente.

V. Exa. sabe perfeitamente que a possibilidade existe, mas também sabe que não é pelo simples facto dela existir que ela deve ser automaticamente exigida. A isso chama-se cautela, ponderação, consciência e rigor no exercício da gestão da coisa pública

Deputada Berta Cabral (PSD): Qual coisa pública? O dinheiro dos contribuinte é coisa pública?!

O Orador: A Sra. Deputada depois referiu que um dos argumentos invocados pelo PS, se bem me recordo, seria que a maioria dos açorianos não quer a redução dos impostos. Sra. Deputada, quem avançou com o argumento de que tinha que cumprir com aquilo que 38 mil e não sei quanto mais eleitores queriam foi o PSD e a partir do momento em que o PSD entra com este argumento, é inteiramente legítimo, conforme reconhece, dizermos que os nossos eleitores, sabendo de antemão que não



iríamos reduzir os impostos em 2001, também não querem a redução dos impostos.

Em relação a este argumento a posição do PS parece-me inteiramente clara.

V. Exa. teceu também aí uma consideração muito interessante em relação ao peso do sector público e à necessidade de aumentar o peso do sector público que eu gostaria de ouvir a posição do PCP relativamente a ela.

Estas questões são questões de substância, questões que dizem respeito às propostas que estão em discussão.

Vamos agora à questão do procedimento e à questão do célebre convite para o diálogo.

Se me permitem, em primeiro lugar, uma precisão e uma interpretação algo abusiva que V. Exas. fizeram, é que o PS, o Partido Socialista não recebeu convite nenhum. Recebeu o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, recebeu o Governo Regional e conforme o Deputado Victor Cruz, Presidente do PSD e a Deputada Berta Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD bem sabem que não são exactamente a mesma coisa o Partido e o Grupo Parlamentar.

Deputado Victor Cruz (PSD): A gente já fala nisso.

O Orador: Portanto, o PS não recebeu, mas isto não significa que exista alguma diferença de entendimento entre o Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do PS e o Governo. Agora, V. Exas. não podem é dizer abusivamente, se me permitem, que o Partido Socialista recebeu, porque efectivamente o Partido Socialista não recebeu convite nenhum. Esta será, certamente, uma pequena precisão que não será o mais importante nesta matéria.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Foi por causa disso?

Deputada Berta Cabral (PSD): Ainda estamos a tempo.



O Orador: Não será o mais importante nesta matéria, tanto para perda de tempo da minha parte como para perda de tempo da vossa parte.

Eu devo confessar que, ouvindo a argumentação e as explanações dos três deputados que me antecederam, fiquei exactamente com uma dúvida. Os Srs. apelaram ao diálogo, apelaram à busca de consenso, mas as vossas propostas começam por serem incompatíveis entre si e o Sr. Deputado Decq Mota foi o próprio a chamar a atenção para esse aspecto, ...

Deputada Berta Cabral (PSD): Não são compatíveis. São diferentes!

O Orador: ... mas há aqui uma diferença essencial que é importante fazer ao nível de metodologia.

O PS não está contra a possibilidade de consensos entre grupos parlamentares e muitas das vezes a necessidade de diálogo e de consenso entre grupo parlamentares, mas meus caros Srs. Deputados, aquilo que aconteceu em relação a estas matérias é muito particular no quadro duma busca de consenso e de diálogo, porque os Srs. apresentaram as vossas propostas em Janeiro e só a poucas horas de se votarem essas propostas é que se lembraram que havia a necessidade duma perspectiva de diálogo e de consenso que deveria de imperar, o que me parece bastante censurável nesta matéria.

Deputada Berta Cabral (PSD): Ainda estamos a tempo!

O Orador: Mas, aqui o que relevará, para além de todas as falhas, assunto que já foi tratado ao nível do procedimento, são as razões políticas e de substância que opõem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A vossa teimosia e a vossa arrogância!



O Orador: ... aos Grupos Parlamentares do PSD, do PP e do PCP, esquecendo os incidentes de convites ou não convites, de diálogo ou não diálogo.

São estas as razões que fundamentam a nossa posição, por considerarmos que estas são propostas politicamente imprevidentes, mal pensadas e irreflectidas. Propostas tecnicamente mal fundamentadas e propostas que potenciam injustiça social.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi com muita atenção a apresentação dos três Projectos e devo dizer que já os conhecia em profundidade e não trouxeram qualquer novidade.

Eu gostava de chamar a atenção para um aspecto que é aquele que obviamente mais me incomoda. Eu já tive oportunidade de o expressar noutras ocasiões, nomeadamente na Comissão de Economia.

Por vezes parece-me que, e há algumas diferenças entre os proponentes, se tenta passar a ideia de que há medida que a taxa de imposto tende para 0 o bem-estar social tende para infinito, ou seja, - desculpem esta linguagem matematizada, mas acho que facilita um pouco - se assim fosse penso que os governantes tinham a vida extremamente facilitada, até matematicamente a representação era fácil, bastava uma função do tipo $Y = 1 : X$, ou seja, quando X tende para 0, Y tende para infinito e aí era só



seguir esta regra como se fosse uma regra ou uma lei da física, mas infelizmente não é.

De facto, as funções de bem-estar social agregam um conjunto de funções de bem-estar individual e os ponderadores dessas funções são manipulados através do processo de decisão política, nomeadamente nesta Casa, e revelam sempre a preferência que os políticos têm por uma maior ou uma menor desigualdade.

Eu penso que esta medida é extremamente desigual.

Devo dizer, Srs. Deputados, que tenho trabalhado nesta matéria desde 1992 milhares de horas, por vezes fins de semana e férias a trabalhar sobre as desigualdades sociais em Portugal.

Devo confessar que não conheço o caso açoriano muito bem, mas penso que os Açores não se devem afastar muito daquilo que é a grande tendência a nível nacional.

Como os Srs. Deputados deviam saber as desigualdades salariais em Portugal, sobretudo ao nível do sector privado – e eu nunca analisei ao nível do sector público – têm-se agravado substancialmente ao longo das últimas duas décadas. É um processo normal. É o jogo do mercado num país que tenta introduzir novas tecnologias, novos processos de gestão. Mas os custos humanos não têm a qualificação suficiente para dar resposta.

Tudo isso resulta de um acidente histórico, não que os governos ao longo do tempo, sobretudo depois de 74, não se tenham esforçado para qualificar os recursos humanos, mas tivemos um acidente histórico que nos atrasou substancialmente nessa área.

Essas desigualdades resultam essencialmente do facto dos salários daqueles que têm maior nível de educação, aqueles que estão na parte superior da distribuição salarial terem crescido muito mais rapidamente do que os



salários daqueles que estão na parte inferior da distribuição salarial. Eu penso que isto é preocupante.

Se os Srs. virem a distribuição de salários para Portugal e se virem a diferença entre o percentil 90 e o percentil 10, vão ver como essa distribuição de alongou e aumentou ao longo do tempo. Isso é desigualdade.

O problema não são aqueles que ganham menos passarem a ganhar muito menos, é aqueles que ganham mais passaram a ganhar muito, muito, muito mais por força de novas regras do mercado, por força de alguma concorrência, ou seja, o grande aumento das desigualdades salariais está entre mediana e o percentil 90 da distribuição de salários em Portugal, ou seja, quem mais ganha tem visto os seus salários substancialmente mais aumentados ao longo do tempo. Isto tem resultado, em grande parte, pelo facto da distribuição da educação ser bastante concentrada na parte inferior. Eu penso que esta medida deve ser uma preocupação, vem contribuir uma vez mais para aumentar as desigualdades que, por força do mercado, têm vindo a aumentar ao longo das últimas décadas. Posso dizer que aumentaram 12% entre 86 e 92, isto 6 anos depois da entrada de Portugal na CEE. O trabalho é meu, mas está publicado em revistas internacionais.

Srs. Deputados, aplicar a mesma taxa de redução a todas as taxas de IRS, resulta naquilo a que se pode chamar na literatura uma redução progressiva, ou seja, quanto maior o rendimento, maior a taxa de redução. É exactamente isso, dado o carácter progressivo deste imposto e aumenta substancialmente as desigualdades.

Digo mais:

Quanto mais essa redução se aproximar do máximo previsto pela Lei de Finanças das Regiões Autónomas, maior será a desigualdade.



Deputado Joaquim Machado (PSD): É o mesmo princípio, Sr. Deputado.

O Orador: Não é o mesmo princípio. O Sr. não percebeu o que eu disse. Eu já vou explicar.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

O Orador: Esta medida distorce ou esbate aquilo que se chama a equidade ou a igualdade vertical da tributação. É um sistema e um princípio básico em qualquer sistema fiscal. É substancialmente esbatida e temos que ter isso em consideração.

Deputado João Cunha (PSD): É melhor o Sr. ficar por aí!

O Orador: Não fico não senhor, tenho muito mais para dizer.

Portanto, o que eu pedia era o seguinte:

Reconheçam que esta é, de facto, uma medida que aumenta as desigualdades. Com esta medida os Srs. têm alguma preferência pela desigualdade, mas digam isso de forma explícita e objectiva e nós assim percebemos um pouquinho mais as vossas propostas.

Muito obrigado.

(Aplausos os deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

As propostas de adaptação fiscal dos partidos da oposição, e falo pela do PSD, não são imprevidentes, não são irreflectidas nem são mal pensadas. Esses chavões servem para a comunicação social fazer título. Pois eu aqui



mais uma vez reafirmo que não são imprevidentes, não são irreflectidas nem são mal pensadas. Quero ver qual vai ser o título, se o positivo, se o negativo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Vamos ao que importa.

Tem o direito de discordar, não tem o direito nem deve, embora possa, adjectivar desta forma. Tem o direito de discordar, isso tem, mas não deve adjectivar as propostas legitimamente apresentadas nesta Casa pelos partidos com assento parlamentar, porque qualquer um de nós, todos os dias, pode ter exactamente o mesmo procedimento e isso não fica bem, não é correcto e é por isso que eu digo que pode, mas não deve.

Vamos falar de justiça fiscal.

30% de redução igual para todos não conduz à justiça fiscal.

Quem é que aprovou, quem é que propôs, quem é que negociou 30% igual para todos nas Lei de Finanças das Regiões Autónomas?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A Lei não diz isso!

A Oradora: Diz o suficiente para, como aqui já foi lembrado, não ter ido por diante, com a anuência agora mesmo do Sr. Secretário Regional Adjunto, uma redução diferenciada conforme os escalões.

Mas, se o problema é esse fica já o desafio: retiramos todos as propostas, vamos sentar-nos à mesa e fazer uma proposta diferenciada.

(Risos e aplausos dos Deputados Vasco Cordeiro e Francisco Sousa)

A Oradora: Muito obrigada pela vossa palmas.



Está lançado o desafio e estamos sempre a tempo. Estávamos a tempo ontem de encontrar um consenso e estamos a tempo hoje para encontrar esse consenso.

Querem 10 ou 5% para todos, querem 2,5% em quatro anos, querem por diferente escalões, vamos ao trabalho.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Vasco Cordeiro)

A Oradora: Estou a responder-lhe ao facto de me ter dito que não dizia. Está ver como se está a contradizer?!

Quem aprovou a Lei de Finanças das Regiões Autónomas que prevê 30% foram os Srs.. Agora dizem que é possível ser diferenciado, então vamos ao trabalho. Não foi essa a vossa opinião em 99, mas se é essa a vossa opinião, vamos trabalhar e vamos fazer uma proposta diferente. Eu quero ver essa disponibilidade.

Gestão da coisa pública:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, para si os impostos, o dinheiro dos contribuintes é coisa pública? A colecta já é receita, mas antes de ser colecta é matéria colectável e a matéria colectável é coisa pública? Onde? Em que manual?

O que os Srs., de facto, têm de diferente, em relação a esta questão, é aquilo que eu disse na minha intervenção final: têm uma abordagem diferente da nossa e foi por isso que eu disse, no princípio, que era legítimo discordar, mas não é legítimo achar que as propostas são menos reflectidas, menos pensadas. Isso não é legítimo.

Discordar faz parte do debate parlamentar, o adjectivar dessa forma não faz.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A nossa abordagem é diferente porque nós preservamos a iniciativa privada, o indivíduo, a capacidade de cada um satisfazer as suas necessidades básicas de acordo com o rendimento do seu trabalho e os Srs. têm a óptica orçamental, a óptica receita, a óptica da despesa pública. Aí é que reside a grande diferença e já tive oportunidade de afirmar isso em reunião da Comissão de Economia e volto a reafirmar: a grande diferença está aí. Portanto, isto são duas versões que nunca vão coincidir, não têm ponto de equilíbrio, porque são versões completamente diferentes.

O que nós defendemos é que devem estar asseguradas, e isto aqui já responde em parte ao Sr. Deputado Cabral Vieira, as necessidades de serviço público prestado pelo Estado, daí a preocupação para haver estabilidade nas receitas fiscais. Essa estabilidade é inegável.

O tempo demonstrou, as contas da Região e o orçamento demonstram, e naquilo que foi aqui dito também pelo Sr. Secretário Regional da Economia. Está tudo completamente demonstrado agora pelas contas da Região que as receitas fiscais aumentaram. Não aumentaram por força da redução das taxas e só interpreta assim quem não sabe ou não quer utilizar outro tipo de argumentos para justificar o aumento da receita fiscal, porque este aumento da receita fiscal já se sabia, de acordo com estudos realizados, que tinha capacidade para aumentar se fossem tomadas determinadas medidas que têm a ver com uma maior eficiência da máquina fiscal e que têm a ver também com a transferência para a Região de todas as receitas aqui geradas mas cobradas noutra espaço territorial diferente do nosso.

Portanto, todas estas medidas que também decorrem da Lei de Finanças das Região Autónomas, estão a ser implementadas. A eficiência fiscal não decorre naturalmente da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, mas decorre dum esforço que penso que todos os governos têm obrigação de



satisfazer, porque o combate à evasão fiscal é que é, de facto, importante. Decorrente de todas estas acções conjugadas, a receita fiscal não reduziu nos Açores, pelo contrário aumentou, apesar de ter havido redução da carga fiscal.

Portanto, neste pressuposto de estabilidade das receitas fiscais regionais, e no pressuposto de que também não há razão para aumentar a despesa pública corrente e funcional, este equilíbrio estando assegurado e está, não há razão nenhuma para não se continuar, até ao limite previsto na lei, a redução das taxas.

É esta a nossa óptica, e a óptica de que o dinheiro circula na economia, seja pela mão do Governo, seja pela mão de quem o ganha e nós, como já aqui foi dito, optámos para que ele circule na economia pela de quem o ganha, porque quem o ganha gasta seguramente bem e gasta de acordo com as suas prioridades, as suas preferências, porque tem esse direito. O Governo nem sempre gasta bem, gasta demais, aumenta a máquina administrativa, e agora mesmo assistimos aqui à criação de mais um fundo, de mais um conselho de administração, de mais um conselho fiscal, de mais uns lugarzinhos para os amigos dos amigos, mais uns subsídios que hão-de ser dados.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quer discutir lugarzinhos dos amigos para amigos? Vamos a isso!

A Oradora: Muitas coisas mais se hão-de fazer à custa, como diz o Deputado Vasco Cordeiro, da coisa pública, mas a coisa só é pública depois de recebida e aqui antes de receber é que se deve reduzir as taxas para que os impostos sejam menores, para que as famílias retenham o mais possível do seu rendimento no seu orçamento familiar. Esta é que é a grande diferença.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quanto às propostas incompatíveis, as propostas não são incompatíveis, são diferentes. São tão compatíveis que só não se fundiram numa só, porque os Srs. não vieram ao encontro dessa proposta.

Deputado Cabral Vieira (PS): São conciliáveis!

A Oradora: Só a arrogância da maioria permite esta adjectivação. Só a arrogância da maioria permite que não se sentem à mesa das negociações. Só a arrogância da maioria permite que os açorianos não vejam os seus impostos reduzir, enquanto que na última legislatura foram beneficiados em 15% do IRS, em 30% do IRC com os votos contra do Partido Socialista, que permanentemente esconde essa realidade.

Deputados Mark Marques e José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros Membros do Governo:

Deputado João Cunha (PSD): Caros, não. Baratos!

O Orador: Atendendo à importância do assunto que nós estamos aqui a discutir eu não gostaria de deixar passar essa discussão sem revelar a posição da JS em relação à redução fiscal na Região.

Eu gostaria de dizer em primeiro lugar, e satisfazendo a curiosidade do Sr. Deputado Paulo Gusmão, em primeira mão, que vai existir uma redução fiscal no ano de 2001 na Região, atendendo à indexação dos novos impostos ao sistema nacional. Isso foi aqui contornado pela oposição.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nós, efectivamente, não somos entusiastas da redução da carga fiscal, nós não acompanhamos essa tendência que nos parece até pouco razoável e demagógica, porque se prende, e nós não nos podemos esquecer das propostas que vêm a seguir, com a diminuição da receita e o aumento da despesa. Os açorianos já não vão por esse caminho e os resultados eleitorais comprovam-no.

Meus amigos, existem ainda atrasos tão grandes nos Açores, as assimetrias entre as nossas ilhas ainda são de tal maneira evidentes, a ditadura salazarista, que já foi aqui falada, gerou níveis de pobreza tão profundos que para nós só faz sentido lutar contra o tempo e em cada ano tentar percorrer dois.

Pedir um sacrifício às gerações de hoje para que os Açores do futuro possam ser diferentes para melhor, possam ser diferentes daqueles que a democracia herdou, é um sacrifício que nos parece razoável.

Além disso a própria expectativa e a qualidade de vida das pessoas é de tal maneira importante, hoje em dia, que tudo isso tem um custo demasiadamente elevado para que se tivesse pensado numa fase destas em estratégias de desagravamento fiscal.

Meus caros deputados da oposição, todos os recursos acrescidos disponibilizáveis nos próximos anos, através do orçamento regional, através das transferências do orçamento do Estado, através dos fundos comunitários, através do combate à evasão fiscal, através da melhor gestão dos recursos públicos, através do crescimento económico, não serão suficientes, no nosso entender, para corrigir o que há para corrigir, nem para recuperar os atrasos que há para recuperar.



É esta, no entender da JS, uma posição que se insere num quadrante da esquerda moderada que é a nossa perspectiva ideológica e é esta que eu estou aqui a transmitir.

Não faz por isso sentido, no actual quadro e em nossa opinião, que o Estado abra mão de recursos na Região. Faz sentido, isso sim, que ponha todos a pagar impostos e que gaste o dinheiro dos contribuintes com critério e competência, que é manifestamente, em nosso entender, aquilo que o Governo tem vindo a prosseguir.

Note-se ainda que estas propostas que o PSD e a oposição em geral apresentam aqui, não correspondem a nenhum movimento social de opinião, a nenhuma expectativa verdadeiramente relevante da opinião pública. Isso não tem vindo a lume, isso não se nota e nem sequer foram recebidas cartas aqui, por exemplo, a pedir encarecidamente para se baixar os impostos.

O que existe cada vez mais é o mal estar entre os cidadãos, fiscalmente cumpridores, relativamente à evasão fiscal, ao desperdício, à má gestão e à má qualidade dos serviços prestados pelo Estado.

A JS considera que os açorianos não pretendem benesses fiscais, mas sim boa gestão dos dinheiros públicos e qualidade nos serviços que o Estado lhes presta. É disto que eles querem ouvir falar e até penso que as pessoas pagariam mais por melhores serviços.

Esta década que agora se iniciou deverá ser uma década eminentemente social e orientada radicalmente para a qualidade de vida das pessoas e este desígnio custa muito dinheiro e todo o dinheiro será de menos.

Reduzir os impostos das classes média e baixa que têm dificuldades e que merecem auxílio, o que já foi feito a nível nacional e que os Açores também contemplaram, parece-nos razoável, mas isso já foi feito.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Aliviar os custos fiscais e sociais das empresas numa lógica selectiva de competitividade e de maior produção de riqueza, seria aceitável e isso já foi feito nos Açores em 1999.

Reduzir a carga fiscal por reduzir, transformando um ambiente de cidadania num ambiente de desafogo e descompressão social, quando há ainda margens de sofrimento social, não nos parece o caminho acertado.

Por isso, no entender na Juventude Socialista, enquanto nós tivermos perante um orçamento que necessita, ano após ano, por circunstâncias várias e que já foram aqui faladas, de recorrer ao crédito para se financiar, nós, e após as reduções fiscais que já foram feitas, não devemos mexer na fiscalidade.

A Sra. Deputada Berta Cabral falou no ilustre cidadão europeu e construtor da Europa, Jaques Delors, com certeza que a Sra. não desconhece que a própria União Europeia e que inclusivamente a opinião pessoal deste Sr. diz que se deve evitar cair na tentação de, numa perspectiva de crescimento económico, estarmos a desonerar a fiscalidade.

Esta tendência não deve ser feita, deve haver antes um cuidado no lado da despesa no sentido de criar folgas orçamentais.

Permita-me, já agora, Sra. Deputada, a contradição objectiva do PSD num aspecto muito concreto. Aliás, devo dizer que a Sra. expandiu ainda mais essa tese e expandindo essa tese ao limite defende um Estado quase anárquico que é, quanto mais impostos nas mãos das pessoas melhor. Portanto, o meu colega Cabral Vieira já teve oportunidade de explicar que isso tende para infinito.

Deputada Berta Cabral (PSD): O Sr. não percebeu nada!

O Orador: Eu percebi muito bem. A Sra. é que não está percebendo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, isso significa que os Srs. – e eu iria explicar a contradição objectivo do PSD – afirmam que é na mão dos contribuintes que o dinheiro está bem, na mão dos contribuintes que se deve colocar o dinheiro, mas depois vêm para aqui, e a Sra. fez isso no plenário de Janeiro na sua intervenção, dizer que o consumo nos Açores é preocupante e que o Governo deve intervir e deve controlar o consumo das pessoas. Se o dinheiro fica bem na mão das pessoas depois não pode vir para aqui dizer que afinal o Estado deve intervir e deve controlar o consumo das pessoas.

Já agora, eu gostaria só de referir que, no nosso entender, nós estamos perante, e no caso concreto do PSD, uma oposição que na ânsia absoluta de alcançar popularidade a todo o custo, demite-se completamente das suas responsabilidades, demite-se completamente das responsabilidades de gerir os Açores e de criar expectativas em relação ao nosso futuro com sustentabilidade económico-financeira, porque os Srs. não têm um projecto, não têm uma estratégia, não têm uma visão, não têm políticas coerentes e estabilizadas para o desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Discutir os impostos é, sobretudo, falar de política.

Independentemente dos considerandos de algibeira, em percentis, que algum teórico, de quarta linha, tente aqui fazer, aquilo que aqui se trata é de opções políticas.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*



O Orador: Na velha história da banda desenhada por mais que gritasse o estrufo dos óculos, essa figura bizarra que não vive o mundo, é à comunidade que cabe fazer as opções.

Muito mal estaria a democracia quando se quiser fazer crer que a razão está apenas no tal estrufo do óculos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Discutir politicamente os impostos é dizer que gerar riqueza, com respeito por quem pensa de forma diferente e esmaga os cidadãos com impostos, é dar a quem produz a possibilidade de gerir o que é seu e nem sequer se diga que ficam os serviços públicos e as contas da Região em causa.

O CDS orgulha-se de pertencer à mesma família política que, com estas medidas, fez da Irlanda o País que, com certeza, todos conhecem.

Deputado José San-Bento (PS): Eu nunca estive lá!

O Orador: O Governo refugia-se da revisão da Lei das Finanças Regionais, quer levar o exemplo do bom aluno, ou melhor, do aluno dedicado sem deixar de ser pouco inteligente.

Considerações intelectuais à parte, nem na dedicação leva o Governo um bom exemplo.

Falar da redução dos impostos na Região, na proposta do CDS representa menos de um milhão de contos no orçamento regional.

Falar no exemplo do Governo, é falar na dívida da Região.

Há pouco o Sr. Secretário veio aqui falar da pré-falência de Região de alguns anos e que não queria voltar a ela.

Eu lembro que o Dr. João Bosco Mota Amaral em duas décadas, apesar de tudo, deixou apenas 120 milhões. O Governo de hoje em três anos já conta com meia centena de milhões. Se juntarmos a cruz dos outros quatro que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

faltam, e que serão os últimos do PS, acabaremos não numa situação, com certeza nessa altura, de pré-falência, mas talvez no passo seguinte.

Poupem e deixar de explorar quem trabalha.

Tenho dito.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso são palavras cruzadas!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que fazem bem a alguns!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para precisar, esclarecer e lamentar algumas das questões que foram aqui ditas.

Em primeiro lugar, quero pronunciar-me sobretudo sobre o convite dos três de partidos da oposição para que o Governo, da responsabilidade do Partido Socialista, e com maioria absoluta, e o seu Grupo Parlamentar conversassem com o PSD, o PP e o PCP sobre duas matérias importantíssimas para a vida dos açorianos e com indiscutível e indesmentível alcance social e político.

A primeira questão que o Partido Socialista apresenta como fazendo parte de um certo desrespeito institucional, é o facto de não ter estado nesse processo desde o início. A razão é simples: o PSD, o PP e o PCP são partidos proponentes sobre essas matérias e o Partido Socialista não apresentou nenhuma proposta e, portanto, era razoável que esses três partidos conversassem sobre as suas próprias propostas. Era razoável que os três partidos numa primeira fase tentassem saber até que ponto é que era possível alcançar um objectivo. Foi isso que foi feito.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O facto do Partido Socialista não ter sido convidado para participar nesta fase do processo tem esta clara justificação e não é de nenhuma forma de desrespeito institucional.

A proposta do PSD, do PP e do PCP não foi também uma proposta que, como parece querer dizer o Partido Socialista, não vinha no seu devido tempo, não era séria e não era construtiva.

Eu devo lembrar que na legislatura passada fui convidado pelo Governo do Partido Socialista para uma negociação, também a poucas horas, a pouco dias de termos votado e discutido essas propostas e, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, também elas já estavam anunciadas e já tinham sido discutidas na Comissão há muito tempo e, no entanto, o Partido Socialista e o seu Governo, ao contrário do que o Sr. diz agora para não conversar connosco, só muito mais tarde é que decidiram dialogar com o Partido Social Democrata e também, pelo vistos, se bem me lembro, quiseram conversar com o PC mas não tiveram, aí sim, o respeito institucional pelo Partido Popular, mas sobre isso o Partido Popular saberá perfeitamente responder. Isto significa que no passado das negociações parlamentares o Partido Socialista já deu um exemplo com o qual entra claramente em contradição como uma das razões para não conversar com os três partidos da oposição.

Quanto ao resto, Srs. Deputados do Partido Socialista e Srs. Membros do Governo, em que é que a proposta para conversarmos não era séria e não era construtiva, se nós estávamos, como já foi aqui muito bem sublinhado, disponíveis para conversar com a toda a abertura, inclusive para prescindirmos de alguns dos pontos essenciais da nossa própria proposta.

O Deputado Alvarino Pinheiro já fez aqui referência àquilo que podia ter sido um fácil consenso entre os partidos da oposição, mas se os Srs. tivessem querido podíamos abrir mão de muitas outras coisas e, como



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

também foi muito bem lembrado pelo Sr. Deputado José Decq Mora, a diferença substancial da nossa proposta de diálogo não tinha a ver nem é incompatível com os compromissos do Partido Socialista perante o seu eleitorado, porque não era uma proposta para conversarmos apenas sobre essas duas propostas que estão em cima da mesa para vigorar no ano de 2001. Se fosse só isso os Srs. tinham alguma razão, mas não era, estávamos a falar de uma proposta, como os Srs. muito bem reconhecem, de legislatura.

Assim sendo, os Srs. podiam perfeitamente ter contraposto que este ano não queriam reduzir o IRS e que não queriam aumentar as pensões, consoante compromisso com o vosso eleitorado, mas entravam em negociações e em diálogo para os próximos três anos. É essa questão que os Srs. se esquecem e é aí que os Srs. são apanhados na sua verdadeira intenção, porque quem quer discutir para quatro anos, hoje não é tarde, pelo contrário é muito cedo.

Portanto, a nossa proposta era claramente atempada e o espírito que tem é um espírito claramente construtivo.

Agora, o que nós não podemos é quando eu convido, como já o fiz por carta, não sei se a comunicação social sabe, eu pelo menos não o divulguei, mas hoje é um bom dia para o fazer: eu enderecei uma carta ao Sr. Presidente do Partido Socialista, Carlos César, para conversarmos, no plano partidário, sobre uma matéria que, sendo de âmbito parlamentar, ainda não estava no âmbito parlamentar, que era sobre o sistema eleitoral. Convidei o líder do PS e este remeteu-me para o Grupo Parlamentar. Quando nós convidamos o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo, ficam ciumentos porque nós não convidámos o Partido Socialista.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

São desculpas claramente de um partido que se sente musculado com a sua maioria absoluta e não quer verdadeiramente dialogar em matérias tão importantes como aquelas que decorrem da Lei de Finanças Regionais, para as quais a desejável alteração precisa do apoio de outros partidos e na mesma carta que o Sr. Presidente do Partido Socialista diz que não conversa por enquanto comigo, abre a porta para conversar mais à frente.

Assim sendo, quero dizer-vos, em nome do Partido Social Democrata, que o facto dos Srs. começarem a ser caracterizados por dialogarem quando lhes dá jeito e não dialogarem quando não lhe dá jeito, não vai fazer o PSD prescindir do diálogo sobre questões institucionais, mas também vos digo que se continuam por esse caminho nós não vamos também dialogar com o Partido Socialista só quando lhe dá jeito.

Nós não estamos aqui para sermos os restos da vontade, quando não tem possibilidades e precisa de diálogo do Partido Socialista. Não estamos aqui para isso. Nós também temos compromissos com o eleitorado e é justamente quando é preciso prescindir de princípios que é preciso dialogar. Se o PS não quer conversar em tudo aquilo que tem compromissos, então nós só podemos dialogar sobre aquilo que não está no vosso programa de governo. Isso é pouco e demonstra pouca vontade de dialogar, inclusive sobre o sistema eleitoral e, portanto, os argumentos que os Srs. apresentam para não terem conversado, nem sequer era para chegarem a consenso, porque nenhum partido tem essa obrigação de chegar a um consenso com os partidos da oposição, mas os argumentos que os Srs. apresentam para não se sentarem, humildemente, apesar da maioria absoluta, com o Partido Social Democrata, o Partido Comunista Português e o Partido Popular, são argumentos de quem é meticoloso no processo, exigente processualmente



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

nos processo de diálogo quando tem maioria absoluta e prescinde de todas essas exigências processuais não a tinha.

Portanto, nós estamos aqui perante a seguinte conclusão: o PS não quer dialogar, porque tem maioria absoluta, ao contrário do que diz o Presidente do Governo neste tribuna, que me convidou indelicadamente para ir ao Palácio de Santana, daquela tribuna.

Isto é que é uma forma de desrespeito institucional, dando a ideia aos açorianos que isto era um convite humilde para o diálogo, quando isto decorre duma exigência legal de audição dos partidos da oposição. Isto é que é a verdade.

Quando o Partido Socialista se sente mais forte, musculado pela sua maioria absoluta não tem até agora, depois de já duas tentativas, querido dialogar. Essa é que é a lição, por enquanto, desta legislatura.

Eu faço votos para que o PS mude de estratégia, porque eu já fui convidado de forma que não foi muito correcta e não deixei de conversar com o Sr. Presidente do Governo. Isto é que é realmente o sinal de abertura e o sinal de quem quer realmente dialogar.

A conclusão de três partidos se terem entendido e só o Partido Socialista ficar de fora, significa apenas uma coisa no plano político: o PS tem todo o direito para pedir o que quiser no Parlamento, o PS tem todo o direito de cumprir o mandato e o compromisso que tem com os eleitores, o PS não tem o direito de querer demonstrar que é um partido dialogante quando na verdade não quer dialogar, porque se sente musculado, autoritário e escudado naquilo que diz ser e é, de facto, no Parlamento uma maioria absoluta, mas que não foi tão expressiva no acto eleitoral, quanto os Srs. pensam, contando os votos. Até isso vos devia levar a pensar claramente que era bom dialogar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

E, perante os sorrisos da quarta bancada do Partido Socialista, que está lá atrás, eu já agora quero esclarecer mais um aspecto: na última legislatura o Partido Socialista tinha 24 deputados e o Sr. Presidente do Governo sempre que podia queixava-se do sistema eleitoral, dizendo, muito ao seu jeito, que se fosse em Inglaterra com 45% dos votos tinha uma maioria absoluta. Pois bem, agora lembro eu: se o sistema fosse diferente tinham tido uma maioria por pouco ou se calhar nem a tinham e por isso mesmo, antes e agora, é importante dialogar.

Um governo legítimo, sim. Um governo que tem a legitimidade para cumprir os seus compromissos com o eleitorado, sim. Um governo que quer aprender a imagem de dialogante, não.

Vai ficar provado que a maioria vai fazer deste do governo do PS, pior governo do que o primeiro governo e vai confirmar claramente a minha profunda convicção de que os socialista têm uma clara tendência para piorar com o tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria aproveitar esta minha segunda intervenção para fazer alguns comentários sobre algumas afirmações que têm sido feitas e alguns problemas que têm sido levantados.



Começava por me dirigir ao meu caro amigo Deputado José San-Bento que veio colocar em boa parte, com generosidade, uma perspectiva que é a perspectiva da JS com o sentido de generosidade e de entrega mas que, na minha opinião e com o devido respeito, se descentrou da matéria que está em discussão, como, aliás, também com o devido respeito, o Sr. Deputado Cabral Vieira também se descentrou da matéria em discussão.

Nós não estamos a discutir a política fiscal de nenhum Estado. Nós não estamos a discutir a orientação global em relação a estas matérias com o Estado, nós estamos a discutir pequenas alterações para compensar uma coisa que se chama custos da insularidade. Nós estamos a procurar encontrar, num quadro global definido, medidas específicas no quadro que a Constituição, o Estatuto e Leis de valor reforçado estabelecem. É isso que está a ser feito. É isso que o Partido Socialista também propôs, embora com outros graus, mas também propôs.

Portanto, nós não estamos aqui a definir a política económica duma coisa que não existe, que é o Estado Açoriano, a política financeira, nós estamos aqui a procurar ver que medidas específicas se podem ou não tomar, se devem ou não tomar no sentido de rectificar, de equilibrar e de compensar pelo facto de estarmos mais longe e de sermos incluídos na economia.

Os discursos feitos, a meu ver, com o devido respeito e sem nenhum gosto da polémica pela polémica, descentram-se desta questão.

Gostava também de lembrar que não é por acaso que o Partido que aqui represento, há muitos anos que levanta estes problemas e levanta-os de forma integrada com outras medidas que também não são de fundo, mas são rectificadores e equilibradoras.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O discurso é que os custos da insularidade vão ser rectificadas e vão ser compensados quando for possível mexer no sistema fiscal. Durante anos ouvimos este discurso.

Nós dizíamos: esse é um instrumento, mas não é o único e é insuficiente e é por isso que naquela tribuna anunciei outras medidas em valorização de outras medidas; é por isso que ao longo dos anos e várias vezes sozinho, o Deputado Paulo Valadão votou algumas medidas, quando liminarmente foram recusadas por todos. Nós colocámos sempre a postura de procurar contribuir para encontrar medidas específicas e não podem ser feitas leituras abusivas disto.

O Sr. Cabral Vieira coloca problemas relativamente ao leque salarial e coloca problemas, de facto, muito sérios, mas não são estas alterações na taxa de incidência do IRS que criaram este problema. O problema é muitíssimo sério, porque hoje a parte do produto que é dedicado ao trabalho é uma parte muito inferior ao que era, por exemplo, no ano de 75 ou 76 que ultrapassava largamente os 50% e que não tem a ver com esta situação e com esta rectificação, mas também temos que perceber as condicionantes do trabalho que temos.

Obviamente que se se criar um quadro legal que nos possibilite mexer nas taxas, nos escalões, reorganizar e procurar introduzir mais alguma justiça, não é por aqui que vai haver oposição. Agora, temos é que ter a dimensão rigorosa do que estamos a falar e estamos a falar de algumas medidas para compensar custos acrescidos gerados pela insularidade. Estamos a falar de algumas medidas para compensar custos acrescidos gerados pela insularidade.

Estou a repetir a frase pelo facto do ilustre deputado do Partido Socialista, Fernando Lopes estar a dizer que não com a cabeça, contra aquilo que é a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

orientação do seu partido. O seu partido variou apenas na incidência e não na filosofia. Essas medidas existem, foram criadas e foram votadas com este sentido. Aliás, a primeira medida que se toma, o Partido Socialista entrou naquilo que na altura foi chamado, pela bancada que então era maioria, por “maioria espúria”.

Foi o primeiro ensaio que se fez nestas matérias e o Partido Socialista entrou efectivamente nessa procura. Penso que é bom fazer estas rectificações para não distorcer o seu discurso.

Também quero dizer que farei oportunamente a devida apresentação da iniciativa que nós já apresentámos referente àquilo que consideramos ser necessário para a remuneração complementar.

Essa iniciativa pode não ter agora efeito, mas ela vai ter um efeito, ou seja, vai fazer com que a discussão das medidas específicas para compensar os custos da insularidade e a sua actualização continue na ordem do dia.

Mantemos a iniciativa exactamente para procurar esse efeito político.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Dizia o Sr. Deputado José Decq Mota, há bocadinho, que é necessário termos a dimensão rigorosa do que estamos a falar e é exactamente sobre esta matéria que eu queria dirigir algumas palavras e fazer algumas observações relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Victor Cruz, A questão do convite, Sr. Deputado, pode estar aqui em discussão e o Sr. inteligentemente, reconheço, querer fazer ver o grande cavalo de batalha do PSD nesta matéria, mas não é isso que estamos a discutir aqui.



Eu recordo que a sua intervenção foi toda, toda, todinha sobre a questão do convite.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sem qualquer cabimento!

O Orador: Portanto, não é esta a questão que estamos aqui a discutir. Se o Sr. quiser discutir esta matéria, fica a discuti-la sozinho porque por aí eu não vou.

Deputado Victor Cruz (PS): Ah, falta-lhe resposta!

O Orador: Não falta resposta, Sr. Deputado. Eu já disse tudo, naquela tribuna, o que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tinha a dizer em relação a essa matéria.

Quanto à Sra. Deputada Berta Cabral, não é pelo facto da Sra. teimar que as propostas não imprevidentes, não são irreflectidas e não são mal pensadas que elas, infelizmente para si, deixarão de ser imprevidentes, irreflectidas e mal pensadas. São-no efectivamente.

Deputada Berta Cabral (PSD): Também não é por afirmar que o são!

O Orador: Portanto, quanto à questão da adjectivação, V. Exa. mostrou-se particularmente sensível a esta matéria, aliás, contrariando alguma da prática e da prosa com que nos tem brindado em numerosas ocasiões aqui nesta Assembleia e fora dela.

V. Exa., Sra. Deputada, cometeu também uma imprecisão: a Lei de Finanças Regionais não diz 30% de diferenciação e de redução para todos por igual. A Lei de Finanças das Regiões Autónomas não diz isso. Foi um lapso da sua parte e acredito que tenha sido um lapso, mas de qualquer das formas, Sra. Deputada, a questão e a diferença está exactamente aqui, porque enquanto os Srs. consideram que, pelo facto da Lei de Finanças das Regiões Autónomas referir 30%, esta Assembleia está obrigada a reduzir 30%. Nós entendemos que não. Entendemos que a autonomia é



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

exactamente isso e pelo facto da Lei dizer 30%, nós temos o dever para com o povo açoriano de pensar e gerir cuidadosamente esta possibilidade que a lei nos confere.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É uma opção!

O Orador: Exactamente, Sr. Deputado, é entre uma opção autonómica e não autonómica.

Quanto à questão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, Sra. Deputada Berta Cabral, V. Exa. está a confundir as coisas. Aliás, concedo-lhe que mais uma vez por lapso V. Exa. tenha atribuído e paternidade única e exclusiva da Lei de Finanças das Regiões Autónomas ao PS. A Lei foi negociada pelo Governo da República do Partido Socialista, mas foi também aprovada, e isso sempre foi reconhecido, pelo PSD...

Deputada Berta Cabral (PSD): Com uma iniciativa de quem?!

O Orador: ... e, portanto, num excesso de crítica e em relação a outros partidos. Em relação a estas críticas V. Exa., num excesso de zelo, terá cometido um lapso.

Em relação à questão de impostos, gestão da coisa pública, Sra. Deputada Berta Cabral, V. Exa. percebeu exactamente aquilo que eu queria dizer, ou seja, é que na gestão, na actuação do Governo, na gestão da coisa pública, na definição daquelas que devem ser as áreas primordiais para apoiar ou para deixar de apoiar e na concessão da determinação dos apoios, Sra. Deputada, os impostos têm aqui um papel que V. Exa. pode considerar modesto, mas têm um papelzinho a desempenhar aqui ou não tem? Penso que têm e é exactamente nesta matéria que eu digo e que entronca a circunstância do facto de discordância entre PS, PSD, PCP e PP.

Deputado Berta Cabral (PSD): Discordância, sim!

O Orador: Discordância, exactamente, mas é para esta matéria.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Por esta razão nós entendemos que, apesar da faculdade que nos é concedida pela lei, existem aqui outros interesses que devem ser tidos em conta.

Com esta obsessão da lei fixar 30% e, portanto, teremos que reduzir 30%, é o mesmo que dizer, Sra. Deputada: se tivesse um milhão de contos para lhe dar, V. Exa. sentir-se-ia na obrigação de gastar um milhão de contos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar eu gostaria de complementar a minha intervenção anterior dizendo que, apesar do aumento das desigualdades salariais, as desigualdades de consumo não são maiores, porque existe um sistema de tributação progressivo que permite algumas transferências de rendimento inter-agentes, senão seriam abismais, apesar de serem extremamente grandes.

Em segundo lugar queria dizer ao Sr. Deputado José Decq Mota que respeito a sua posição dizendo que eu eventualmente me desviei do assunto. Tenho que respeitar a sua opinião, mas considero que não foi assim, porque apenas levantei um problema que me tem preocupado, que tem estado no centro das minhas atenções durante muitos anos e foi por isso que o trouxe aqui. É um problema que não tem sido muito debatido em Portugal, tirando 4 ou 5 pessoas que têm debatido isso com alguma profundidade, mas que deveria ser.

Efectivamente as desigualdades salariais têm aumentado - e disse que não conhecia o fenómeno na Região, mas penso que deve seguir o que se passa a nível nacional - e é um problema que advém normalmente do funcionamento do mercado de trabalho, porque os patrões podem pagar



mais a quem quiserem e normalmente pagam mais àqueles que têm maiores habilitações literárias. Isto advém do próprio processo tecnológico.

Isto não resulta da tributação da redução fiscal. O que eu digo é que a redução fiscal vem eventualmente agravar esse problema.

Relativamente ao problema da distribuição entre capital e trabalho, tem razão naquilo que disse. Eu não estava a falar nessa área, mas reconheço o valor da sua observação. Eu estava a falar mesmo dentro da distribuição do trabalho, que a distribuição tem vindo a tornar-se cada vez mais desigual.

Finalmente eu deixei aqui uma questão que, segundo me parece, não foi respondida e gostaria de, pelo menos, ter uma resposta a esse nível.

O levar a redução fiscal até ao máximo permitido pela Lei de Finanças Regionais é justo, é injusto? Aumenta ou diminui as desigualdades?

Eu queria ainda perguntar o seguinte: será que os custos da insularidade são superiores para aqueles que têm mais dinheiro? É essa a questão de fundo.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para, Sr. Presidente, prestar um pequeno esclarecimento e se não for abuso pedir três.

O esclarecimento que eu gostava de prestar vem na sequência da primeira parte da intervenção do Sr. Deputado Victor Cruz, que saúdo e inclusive já tinha algumas saudades de ouvir a sua voz neste plenário...

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Muito obrigado!

O Orador: ... e gostava de começar por lhe dizer, Sr. Deputado, que ainda bem que V. Exa. se lembrou de falar, porque efectivamente há um ano e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

pouco eu, em nome do Governo, falei consigo e com o Partido Social Democrata e falei com o Partido Comunista Português, quer através do seu então líder partidário, quer do Sr. Deputado José Decq Mota, quer do Sr. Deputado Paulo Valadão no sentido de tentarmos encontrar um consenso nos diplomas relativos a estas matérias de insularidade e que tinham a ver basicamente com diplomas que o Governo e o PCP tinham sobre as três áreas que acabaram por ser contempladas, independentemente do nome que cada um as designava, ou seja, complemento de rendimento para os reformados e pensionistas e remuneração complementar. O Partido Social Democrata tinha, se não estou em erro, um diploma apenas na área da remuneração complementar.

O Partido Popular não tinha, na altura, nenhum diploma sobre estas matérias e por isso mesmo o Governo não falou com ele.

Essa conversa, Sr. Deputado Victor Cruz, não surgiu a escassas horas da discussão dos diplomas, mas sim na semana anterior ao plenário. Essa conversa foi estabelecida e decorreu alguns dias.

Também devo dizer, em nome da verdade histórica, que se não foi possível encontrar um acordo quando havia na prática pequeníssimas diferenças entre a últimas propostas do Governo, incluindo aquela que acabou por ser aqui apresentada e algumas das propostas da oposição, não foi, dizia eu, e é bom que isso fique registado, por causa do Partido Comunista Português, mas sim, claramente, por causa do Partido Social Democrata. Aliás, depois disso voltei a falar neste Câmara e lembro-me, Sr. Deputado, que me disse que a nossa proposta tinha sido apresentada à última da hora, em cima da data e que, por via disso, não era muito possível chegar a qualquer entendimento.

Deputado Victor Cruz (PSD): Não é verdade!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: É verdade, Sr. Deputado, e chegou a dizê-lo aqui neste plenário e certamente os diários registaram isso.

Por essa razão, como é de calcular, que dizer então duma proposta apresentada, no caso do Governo, como sabe V. Exa. entregou-ma a mim por volta da 7 horas para irmos a uma reunião às 11, onde à partida e como estava previsto estes mesmos diplomas seriam discutidos.

Gostaria também de pedir três esclarecimentos, dois ao PSD, talvez à Sra. Deputada Berta Cabral e um ao PCP, eventualmente ao Sr. Deputado José Decq Mota.

À Sra. Deputa Berta Cabral queria perguntar o seguinte, declarando desde já que percebi, e há uma parte em que concordo consigo, mas penso que há efectivamente aqui algumas diferenças de princípios entre o Partido Social Democrata, o Governo e o PS. Obviamente penso que, e julgo que as suas intervenções reflectem a ideia geral do PSD/Açores, há nesta matéria uma postura mais liberal do que a nossa.

Gostava também de lhe perguntar o seguinte:

Presidente: O seu tempo está a chegar ao fim, Sr. Secretário.

O Orador: A conversão do PSD nesta matéria é recente e, portanto, havendo o hábito, embora negativo, gostava que a Sra. Deputada, se pudesse, me explicasse o que é que fazia com que o seu partido dissesse e cactacterizasse esta medidas em 93 por despesismo, veleidades? Porque é que, embora por largo tempo V. Exa. tenha tido responsabilidades governativas numa área directamente ligada a isso, só recentemente que o PSD se converteu a essas posições?

E já agora, gostaria também de lhe perguntar, - e sei que o PSD é um partido recente e sem família europeia, mas é inegavelmente um partido de dimensão nacional – qual é a posição nacional do PSD sobre estas matérias



dos custos da insularidade? Isto porque, quer através de V. Exa., quer através de outros dirigentes do seu partido e do seu Grupo Parlamentar, o PSD/Açores diz uma coisa, enquanto, por exemplo, o PSD/Madeira diz exactamente ao contrário, diz que isto são loucuras e não vai por aqui?

Sr. Deputado José Decq Mota, muito rapidamente gostava de lhe pedir o seguinte esclarecimento:

Sei que o PCP já entregou um Projecto de Decreto Legislativo Regional relativo à remuneração complementar, mas a prioridade política, digamos assim, é efectivamente sobre a baixa de impostos. Sei que é uma baixa pequena, gradual, mas a verdade é que todos sabemos que temos taxas progressivas e sabendo que só podemos fazer, neste momento, reduções proporcionais, isto necessariamente leva a que se beneficie aqueles que mais ganham, que são obviamente aqueles que mais pagam impostos.

Presidente: Sr. Secretário Regional, chegou ao fim do seu tempo.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Devo-lhe confessar que não vejo muita facilidade em compaginar isso com aquilo que julgo ser o essencial ao nível da concepção de justiça social do seu partido.

Ainda fiquei um pouco mais preocupado quando V. Exa. disse que uma das razões fundamentais por que o seu partido apresentou o diploma da remuneração complementar era, além do mérito intrínseco da proposta, o facto de obrigar este Parlamento ouvir os Sindicatos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo:



É apenas, Sr. Deputado Decq Mota, para registar com apreço que o Sr. reconhece pertinência às matérias que a JS trouxe aqui ao debate.

Penso que tem toda a razão, precisamente pela perspectiva geracional com que nós nos colocamos, uma vez que um dia alguém vai ter que pagar a dívida pública e vai ter que resolver esse problema.

Não sei quando é que voltaremos a ter um governo como o Governo do PS a nível nacional que nos deu a ajuda e que alguns parecem agora desperdiçar.

(Apartes inaudíveis das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: Não se exaltem!

Em relação à sua lição de sapiência, se me permite, eu pessoalmente dispenso-a.

É verdade que os parlamentos foram criados, com certeza, para fiscalizar os Governos, mas também foram feitos para fazer orçamentos e criar impostos, ou seja, nós estamos aqui a falar da desoneração do imposto directo sobre o rendimento, o que pode ser feito em qualquer país da União Europeia e pode ser feito nos Açores. Temos essa perspectiva e falei disso. Estamos a falar de orçamentos desequilibrados e eu falei disso e este Parlamento também se pronunciou sobre orçamentos. Portanto, não vejo onde é que queria chegar com a sua afirmação.

Em relação ao papel do Estado que o Sr. também invocou, nós estamos a falar aqui da atitude dum governo numa região ultra-periférica, com uma componente arquipelágica que necessita obviamente dum forte componente do Governo, necessita de muitos recursos para precisamente poder desenvolver dum forma harmónica, uma vez que certas ilhas não



têm condições para poderem criar fenómenos de economia de escala e afins, necessita de recursos e tem que ter da parte das forças políticas uma perspectiva de como encarar essa situação, de como resolver assimetrias. Falei foi disso.

Portanto, considero que o Sr. não tem razão quando invoca o meu distanciamento em relação aos assuntos que eu referi aqui na minha primeira intervenção.

Era apenas isto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): É para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começava exactamente por agradecer ao Sr. Deputado Cabral Vieira o esclarecimento que me prestou há pouco num pormenor que efectivamente não tinha percebido com rigor, mas queria dar a opinião de que o facto hoje, dentro do campo do trabalho, haver uma distribuição mais injusta tem a ver com fenómenos ligados ao agravamento do grau da exploração da força do trabalho e com uma modelação diferente feita nessa situação.

Em relação ao meu caro Deputado José San-Bento eu queria apenas repetir e frisar que a intervenção que fez era uma intervenção que estava descentrada da natureza das medidas que estavam a discutir.

Não foi lição nenhuma de sapiência, porque eu não tenho sapiência nenhuma para dar a ninguém, agora nunca deixarei de dar opinião sobre os assuntos aqui debatidos. Aí o Sr. pode estar absolutamente seguro.



Em relação ao Sr. Secretário Regional, Francisco Coelho, o Sr. faz também uma pergunta um pouco com aquele ar de quem diz: bem, agora é que o entalei!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Eu gostava de lhe responder muito descontraidamente o seguinte:

No dia que apresentei naquela tribuna o Projecto de Decreto Legislativo, agora em discussão sobre o IRS, apresentei também naquela tribuna, a intenção de outras medidas.

Bom, o Sr. pode perguntar-me agora por que é que não apresentou logo as medidas. Eu explico: porque naquele momento tínhamos que apresentar aquele Projecto, porque a nossa ideia era podermos contribuir para a possibilidade de ser criado um consenso alargado, incluindo a área do Governo, e o nosso Projecto era o que criava uma perspectiva de legislatura e o Governo não quis perceber isso.

Por isso é que, em termos de tempo e sempre antes do orçamento, houve este pontuar. Portanto, não há aqui outra razão a não ser esta.

Nós temos a perspectiva da criação dum diálogo muito alargado nestas matérias dos custos da insularidade e das medidas específicas para combate aos custos da insularidade. Nós procurámos fazer esse exercício e não recebemos nenhum eco desse esforço. Foi essa a razão.

Queria dizer ainda ao Sr. Deputado Cabral Vieira o seguinte:

Nós nunca nos colocámos nestes anos todos de história,...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a chegar ao fim, agradecia que concluísse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

... nunca colocámos esta questão da taxa de incidência como medida única. Colocámos sempre apresentando outras medidas para não haver efectivamente agravamento das situações de diferença de rendimentos. Essa foi e é sempre a nossa preocupação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apesar de usar da palavra para uma segunda intervenção, queria dizer o seguinte:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu quero dizer-lhe que falei sobre uma questão e não foi por receio que não falei de qualquer outra, mas sim porque a Sra. Deputada Berta Cabral, na minha opinião, já tinha falado inteligentemente sobre o resto.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Na sua opinião!

O Orador: Estou aqui para dar a minha opinião, a de mais esses e de mais alguns, pelos vistos, que estão aqui deste lado.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro falou, daquela tribuna, nas questões políticas que envolvem este diploma, que são importantes, porque revelam um estilo e, portanto, inseriu no debate esse problema. Estou a referir-me a ele e devo dizer-lhe que fico de certa forma contente e feliz por o meu amigo, Sr. Deputado, não ter respondido a nada do que eu disse, porque, de facto, o que eu disse não tem mesmo resposta.

Sr. Secretário Regional, obrigado por ter saudades parlamentares de mim. Creio que não tem saudades políticas de mim, porque tem estado muito activo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quero dizer-lhe que há uma diferença entre o exemplo que deu e aquilo que eu disse, porque, pese embora poder ser mais cedo ou mais tarde o convite para o diálogo, eu dialoguei com o Governo quando o Governo era minoritário. Não chegámos a nenhuma conclusão, mas foi justamente isso que acentuei e que critico ferozmente em relação à posição do Partido Socialista e do Governo, porque não era obrigado a chegar a um consenso com o PSD, com o PP e com o PCP, agora não quis sequer tentar qualquer consenso.

Se o Sr. acha que é tarde, se acha que foi em cima da hora, se acha que o nosso convite não tinha qualquer intenção construtiva, lanço-lhe um desafio: o Partido Socialista vai chumbar a redução do IRS do PSD, chumbando uma proposta para 2001. Faltam três anos e pergunto se quer dialogar com o PSD para encontrar uma plataforma sobre a redução fiscal para os próximos três anos?

Eu estou disponível e espero que o Governo esteja.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não vai dizer que não é construtiva nem que não vem a tempo, porque tem mais ou menos um ano para pensar nela.

Eu fico à espera da resposta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas mais dois comentários sobre a segunda vez que o Sr. Secretário fala na posição nacional do PSD:

Sabe o que é que me preocupa? Não é estar sempre de acordo com a posição do PSD da Região Autónoma da Madeira.



Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Fico satisfeito!

O Orador: Nós temos essa virtude, porque somos, no quadro da Lei e da Constituição, autónomos do Estado Português, mas também somos autónomos da outra região autónoma.

A mim o que me interessa – e devo dizer-lhe que este processo está adiantado e muito bem encaminhado – é a posição do PSD nacional sobre, por exemplo, a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Devo dizer-lhe que sobre este assunto estou e estamos a trabalhar. Já tivemos várias reuniões, vamos continuar a trabalhar e está tudo muito bem encaminhado e neste processo os Srs. vão precisar do Partido Social Democrata.

Agora, e com isto termino, a situação é a seguinte: o moral da história é este:

Sempre que o Governo Socialista, presidido por Carlos César, com maioria absoluta, convidou, depois das eleições regionais de 2000, o líder do Partido Social Democrata, e o Partido Social Democrata nós dissemos que sim. Sempre que o PSD convidou o Partido Socialista, o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Partido Socialista, o Governo e o seu Grupo Parlamentar disseram que não. É isto que os açorianos precisam de ir sabendo.

Vamos ver daqui para a frente se os Srs., como sinceramente espero, mudam de opinião.

Muito obrigado, Sr. Presidente

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)



Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral para esclarecimentos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José San-Bento.

Quero-lhe dizer uma coisa e acredite que é com toda a sinceridade.

Eu respeito a posição da esquerda assumida. Foi isso exactamente o que eu quis dizer aquando da minha intervenção.

Percebo perfeitamente que as pessoas tenham pontos de vista diferentes e respeito esses pontos de vista. O que é mais difícil depois respeitar, e isso não se refere a si, são os argumentos uma vez a favor, outra vez contra teorias pseudo-liberais com, ao fim e ao cabo, políticas centralistas subjacentes e encapotadas. Isso é que é mais difícil.

Portanto, em relação a si digo-lhe desde já que respeito as posições de esquerda assumida. Conheço mais ou menos o suficiente para saber que é sincero nisso.

Em relação às cartas que aqui recebemos ou não recebemos para prosseguir a redução do IRS, eu penso que todos recebemos o caderno reivindicativo da CGTP e que diz, em determinado momento, o seguinte:

“Considerando ainda que os trabalhadores nos Açores recebem, em média, menos 10 a 12% que os seus equivalente profissionais no Continente, devem juntar-se à seguintes reclamações específicas junto das instituições e do Governo Regional o prosseguimento da diminuição percentual da cobrança do IRS, contemplada na Lei de Finanças Regionais, já que não se registou em 2000 uma diminuição, mas antes um crescimento das receitas fiscais cobradas na Região e tendo em conta ainda que são os trabalhadores por conta de outrem aqueles que mais continuam a descontar.”



Deputado José San-Bento (PS): Que data tem essa carta?

A Oradora: A carta é de 12 de Fevereiro de 2001.

Deputado José San-Bento (PS): Foi esta semana. Lembraram-se a tempo!

A Oradora: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é bom que se diga que o impacto orçamental da redução que estamos a propor é de 10% de um imposto que tem 17 milhões de contos de cobrança. Portanto, estamos a falar aqui, mais coisa menos coisa, de 1,7 milhões de contos e quando eu digo mais coisa menos coisa é porque sei que a distribuição não é igual nem equitativa, mas também sei que ninguém aqui, nem lá fora sabe qual é a distribuição e é por isso que vos digo que é mais ou menos 1 milhão e 700 mil contos, num orçamento que já se sabe é de 150 milhões de contos de despesas correntes e de investimento e que em contas de ordem vai superar os 200 milhões de contos.

Portanto, estamos a falar duma insignificância que qualquer execução inferior a 100% já resolve. Vamos ter também a noção do que é que se está a falar e em termos relativos isto não é importante no orçamento da Região. É importante se quiseram gastar mais aqui ou mais acolá, mas aí os contribuintes têm a prioridade. É essa a minha opção.

Presidente: Sra. Deputada, agradeça que concluisse o seu raciocínio.

A Oradora: Vou terminar já, Sr. Presidente.

Têm prioridade, porque até os trabalhadores que subscrevem isto sabem que a receita fiscal não diminuiu. Muito melhor sabe o Sr. Deputado que a receita fiscal não diminuiu.

Sr. Presidente, tenho ainda um esclarecimento a fazer ao Sr. Secretário Regional. Queria saber se o Sr. me permite fazê-lo agora, ou sento-me e volto a pedir a palavra? Deixo à sua consideração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Uma vez que o Sr. Secretário Regional Adjunto também ultrapassou um pouco o seu tempo, a mesa é condescendente e permite que termine com mais esse esclarecimento. Uma vez que temos que fazer um intervalo daqui a pouco, agradecia que fosse breve.

A Oradora: Prometo que vai ser muito breve, Sr. Presidente.

Em relação à segunda questão da autonomia o Sr. Presidente do Partido Social Democrata já respondeu e eu apenas digo-lhe que nós não precisamos de nos afirmarmos como o partido da autonomia, porque nós somos o partido da autonomia reconhecido por todos e, portanto, não temos que afirmar isso. Isso é um dado adquirido. Isso é intrínseco à natureza do Partido Social Democrata. Somos autónomos, como já foi aqui dito e muito bem, em relação à República e em relação às outras regiões autónomas.

Em relação à primeira pergunta que me pôs sobre aquilo que eu pensava em 96 e aquilo que eu pensava em 2000.

Sr. Deputado, eu tive responsabilidades e não costumo invocar isso nesta Casa. Não se contam pelos dedos as vezes que eu aqui disse que fui ou deixei de ser fosse o que fosse, mas fui, de facto, Secretária Regional das Finanças em 1996.

Tive responsabilidades e com muita honra lhe digo que as despesas correntes cresceram, com excepção dos encargos da dívida, 6,1% em 1996, relativamente a 1995. Em 2000, relativamente a 96, o crescimento médio é de 10,9%. Está explicado.

A minha preocupação foi, de facto, levada à prática em 1996 relativamente à contenção das despesas correntes, para já não falar em processos de privatização e em processos de transferência de tarefas da Administração Regional que passaram para a iniciativa privada.



Foi uma política assumida. Pode-me dizer que nem sempre foi assim. Não estou preocupada com isso, estou preocupada é com o presente e já que me falou de 96 tenho muito honra nele e digo-lhe com toda a sinceridade que foi o ano que mais se fez em matéria de privatizações. Foi o ano que mais se fez em matéria de contenção de custos nesta Região.

Muito obrigado

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro para esclarecimentos e depois faremos um intervalo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, eu penso que tenho direito a uma segunda intervenção, uma vez que apenas prestei esclarecimentos ao Sr. Deputado Victor Cruz e à Sra. Deputada Berta Cabral.

Presidente: Sr. Deputado, do ponto de vista da Mesa terá feito já a sua segunda intervenção, uma vez que não anunciou que era um esclarecimento.

O Orador: Para dar esclarecimentos e pedir esclarecimentos.

Sr, Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Duas questões muito breves:

Em primeiro lugar, em relação àquilo que a Sra. Deputada Berta Cabral referiu e a uma certa imagem que se quer fazer passar de que ao apresentar as propostas que apresentaram, nomeadamente o PSD, invoca sempre como a defesa dos contribuintes e a defesa dos interesses dos contribuintes, quero-lhe dizer o seguinte: reconheça ao menos que a forma que os Srs.



optaram não será a única possível para defender o rendimento das famílias açorianas e também reconheça que os Srs. não têm, de forma nenhuma, o exclusivo da defesa desse rendimento e também o desejo de que os açorianos vivam melhor. Os Srs. optam é por um caminho que, em nosso entender, não é o caminho correcto nesta fase.

Em segundo lugar, e em relação ao Sr. Deputado Victor Cruz, eu gostaria de lhe dizer apenas o seguinte:

Não lhe respondi em termos muito concretos, conforme já tive oportunidade de lhe dizer, porque já tinha dito dali da tribuna o que havia a dizer. Não presuma que as suas observações não têm resposta. Têm resposta, mas o que aconteceu foi que me antecipei às suas observações e respondi-lhe anteriormente, mas há uma parte que me parece importante, Sr. Deputado, realçar:

Não é correcto que se diga que sempre que o Partido Socialista foi convidado pelo PSD para dialogar se negou ao diálogo e o Sr. sabe perfeitamente que isso não é verdade, porque aquilo que se passou em relação ao sistema eleitoral e o Sr. se vir bem a carta que o Presidente do Partido Socialista lhe enviou, o que se remete é para o Grupo Parlamentar do PS e, já agora, porquê? Porque o Grupo Parlamentar do PS já tinha avançado com uma proposta nesta matéria.

Deputado Victor Cruz (PSD): Isso é irrelevante. Não se pode falar?

O Orador: Não é irrelevante. Pode-se falar e tanto se pode que V. Exa. efectivamente convidou e tanto se pode falar que o Partido Socialista não se negou ao diálogo,...

Deputado Victor Cruz (PSD): Negou!



O Orador: ... remeteu para o Grupo Parlamentar do PS que já tinha uma proposta apresentada nesta matéria em termos de metodologia para tratar da revisão do sistema eleitoral.

Não é verdade que sempre que fomos convidados nos tenhamos recusado ao diálogo. Desta vez e em relação a esse episódio não nos furtamos ao diálogo, porque nem sequer fomos convidados para isso.

O Grupo Parlamentar do PS e o Governo recusaram essa questão pelos motivos que já foram expressos.

V. Exa. avançou também com a questão de que o Partido Social Democrata pode não estar disposto a dialogar com o PS quando o PS quiser. Muito bem, Sr. Deputado, mas a questão é tão simples que se pode colocar ao contrário, ou seja, o PS não está obrigado a dialogar com o PSD quando vos der jeito. Sobre esta questão é bom que V. Exa. fique bem ciente disso.

Eu registo, e por agora fico-me apenas pelo registo, de que houve desejo de V. Exa. de falar com o Partido Socialista e com o Governo a propósito da redução de impostos e de nesta fase querer já que o Partido Socialista e o Governo falem convosco em relação à redução de impostos. Foi o que V. Exa. disse em resposta ao Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Em relação a esta matéria registo apenas esse sequioso desejo de ter que falar nesta fase de impostos, para evitar, talvez, sair deste aperto em que os Srs. se meteram.

Muito obrigado.

Deputada Berta Cabral (PSD): Vocês querem, mas não demonstram!

Presidente: Srs. Deputados, temos mais três Srs. Deputados inscritos, mas entretanto entrou na Mesa um requerimento que diz o seguinte:

“Ao abrigo das disposições regimentais, requeiro a V. Exa. que se passe à votação na generalidade dos diplomas em apreciação”.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Este requerimento é assinado pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PP. Perante isto e perante o nosso Regimento o requerimento sendo admitido, e não há nenhum motivo para o não ser, é imediatamente votado sem discussão, conforme estipula o artigo 107º. É isso que a Mesa vai fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no uso das disposições regimentais, requer um intervalo de 15 minutos, que julgo ainda ter direito.

Muito obrigado.

Presidente: É regimental. Fazemos um intervalo de 15 minutos.

(Eram 18 horas e 45 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que ocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Pausa)

Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 15 minutos)

Como eu tinha anunciado temos na Mesa um requerimento, apresentado pelo PP, propondo que se passe imediatamente à votação na generalidade dos diplomas em apreciação, e nos termos regimentais vai ser imediatamente posto à votação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Isto significa que vamos passar de imediato à votação na generalidade e vamos votar o Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PSD, - Adaptação do sistema fiscal nacional, redução das taxas nacionais sobre imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional - Adaptação do sistema fiscal nacional, redução das taxas nacionais sobre imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS, foi, na generalidade, rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD não diz que defende os contribuintes, o PSD demonstra por palavras e actos que defende quem trabalha e quem é contribuinte.

Foi assim na anterior legislatura com a aprovação da redução do IRC e do IRS por todos os partidos da oposição e também do PSD, mas lembre-se, com os votos contra do Partido Socialista.

Para o PSD o indivíduo e as empresas estão no centro das nossas preocupações e são a razão de ser da nossa actuação.



Defendemos uma classe média ampla, esclarecida sem dependências do orçamento público.

Os trabalhadores por conta de outrem, principais beneficiários da nossa medida, mereciam ser compensados pelos sobrecustos de insularidade dentro do limite previsto na lei, aliás, já em vigor no IVA e no IRC.

Foi o PSD quem reduziu em 30% o IVA em 1987.

Foi o PSD, o PP e o PCP que reduziram em 1999 o IRC e no mesmo ano e no ano subsequente o IRS em 20%.

Com o PSD no Governo, foi possível reduzir o IVA.

Com uma maioria relativa do PS foi possível reduzir o IRC e o IRS em 20% neste último caso.

Com uma maioria absoluta do PS não é possível continuar o esforço de despenalização fiscal previsto na lei em matéria de IRS.

Continuamos a secundar o Presidente do Grupo Parlamentar do PS na sua afirmação de que o sistema deve ser usado em tudo aquilo que permite. O PS, pelo contrário, e o governo privilegiam a despesa pública em detrimento do bem estar privado dos açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Passamos agora à votação na generalidade do Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo CDS/PP, denominado – Adaptação do sistema fiscal nacional – redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional - Adaptação do sistema fiscal nacional – redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS, foi rejeitado, na generalidade, com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Passamos de imediato à votação do Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo Partido Comunista Português, - Adaptação do sistema fiscal nacional – redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional - Adaptação do sistema fiscal nacional – redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS, foi rejeitado, na generalidade, com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve declaração de voto conjunta sobre estes três diplomas agora rejeitados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A apresentação pela parte do Grupo Parlamentar do PCP, do diploma sobre a redução das taxas do IRS, correspondeu a um esforço de dar continuidade a uma política que, sempre que associada a outros instrumentos, demonstrou ser uma política adequada da correcção das desigualdades que resultam dos custos introduzidos pela insularidade.

O facto do Grupo Parlamentar do PCP ter, na generalidade, votado a favor das propostas do PSD e do PP, que são propostas à partida diferentes, resulta duma situação clara e objectiva, comprovada na prática de que teria havido a possibilidade, se tivessem passado na generalidade, de se encontrar uma proposta para a legislatura que poderia, efectivamente, ter servido bem os interesses dos açorianos.

Assim não aconteceu, é pena.

Fica o registo, mas o futuro não acabou hoje.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação à votação que concluímos e em relação às matérias, numa apreciação global dessa votação em relação às três propostas, quero salientar essencialmente dois aspectos:

O primeiro dos quais é que o PS posicionou-se nesta questão e em relação à discussão destas matérias com todo o à vontade, com toda a consciência, rebatendo argumento por argumento as questões que foram apresentadas e os supostos fundamentos que foram apresentados pelos partidos proponentes. Se mais não se discutiu não foi por nossa vontade.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em relação a algumas das observações que aqui foram feitas, votámos contra as propostas apresentadas pelo PSD, pelo PCP e pelo PP.

É abusivo afirmar-se, como já se afirmou, que o PS é contra a redução de impostos em termos absolutos, como aqui foi feito.

O sentido da votação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista traduz-se no cumprimento, também aqui nesta Câmara já expresso, de um compromisso eleitoral e duma posição eleitoral que foi perfeitamente clara e que importava, em coerência e em consciência, manter firme nesta altura. Foi este o nosso sentido de voto. Foram estas essencialmente, entre outras, as razões que justificaram o nosso voto contra as três propostas aqui apresentadas.

Obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular votou favoravelmente, na generalidade, as três propostas em apreciação, porquanto tinham um denominador comum que era o de, efectivamente, dar continuidade a uma política de redução fiscal na Região Autónoma dos Açores, no quadro da Lei de Finanças Regionais e prosseguindo um conjunto de políticas que inquestionavelmente constituíram as principais medidas da última legislatura da Assembleia Regional dos Açores.

O Partido Popular congratula-se com o facto de, partindo de propostas distintas, os três partidos da oposição terem sido capazes de demonstrar nesta Assembleia que, pondo acima de tudo o interesse dos açorianos e tendo em conta o objectivo comum do combate dos custos da insularidade,



eram capazes de na especialidade apresentar soluções consensuais e que iriam ao encontro das expectativas criadas pelos açorianos.

Infelizmente também ficou demonstrado que o Partido Socialista não teve a abertura para dialogar com os proponentes destas iniciativas, na óptica da obtenção duma solução para a legislatura.

O debate foi claro quanto ao facto do Partido Socialista não ter conseguido minimamente rebater os argumentos apresentados pelos partidos proponentes e, por outro lado, também foi claro o facto do Partido Socialista não ter uma política própria neste domínio, deixando, de facto, em aberto a certeza de que os partidos da oposição já conseguiram que os açorianos, apesar de tudo, por aprovação de diplomas, o ano passado beneficiassem duma redução fiscal da ordem dos 20% e a única certeza eventual que nos fica é que, no interesse e na medida do Partido Socialista, o máximo que uma redução fiscal poderia atingir seria os 10%.

Hoje ficou reafirmado que o Partido Socialista não sabe claramente que compromisso é que tem com os açorianos nesse domínio, na medida em que repetidamente alega que tem um compromisso, não o assume em relação a 2001, nem dá nenhuma indicação daquilo que pretende fazer até 2004.